

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. 13D00007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PROPOSTA DE CONTINUIDADE

PROJETO ESTUDO SOBRE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL
INVASÕES, USO DO SOLO, RECURSOS NATURAIS

DOTAÇÃO:

850-0996

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA Fº

- COORDENADOR -

- OUTUBRO/86 -

Í N D I C E

Pág.

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ANEXOS

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	OBJETIVOS	12
3.	JUSTIFICATIVA	17
4.	REALIZAÇÃO DO TRABALHO	35
5.	CRONOGRAMA	38
6.	ORÇAMENTO	40
7.	BIBLIOGRAFIA	42

LISTA DE QUADROS

- I - Terras Indígenas - Região Nordeste.
- II - Terras Indígenas - Acre, Amazonas e Roraima.
- III - Municípios em Área de Fronteira e Áreas Indígenas Inci
dentes - AC/AM/RR.
- IV - Listagem das Terras Indígenas do Brasil.

LISTA DE MAPAS

- (1) PDA - Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira e Programa Calha Norte.
- (2) ACRE
- (3) ALTO SOLIMÕES
- (4) NOROESTE AMAZÔNICO
- (5) RORAIMA I
- (6) RORAIMA II
- (7) NORDESTE

Arquivo
SA

LISTA DE ANEXOS

- (1) Listagem de terras indígenas no Brasil.
- (2) Documentos de trabalho elaborados pela equipe.
- (3) "Questões sobre a organização do arquivo do PETI", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite.
- (4) Exemplos de grades de listagem.
- (5) "Codificação do arquivo do PETI", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite.
- (6) "Terras indígenas e constituinte: questões políticas", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite e Antonio Carlos de Souza Lima. Maio/86.
- (7) "Terras indígenas e constituinte", Jucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima. Maio/1986.
- (8) "Por que discutir 'Terras Indígenas' na Constituinte", Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima. Tem
po e Presença, set/86.
- (9) "Projetos Fundiários: Uma proposta de análise da lógica de sua implantação e principais conseqüências para as co
munidades indígenas confinantes". Lucy Paixão Linhares. Fevereiro/86.
- (10) "Atrair e pacificar: a estratégia da conquista". Regina Maria de Carvalho Erthal. Fevereiro/86.
- (11) "A produção do indigenismo no contexto da expansão recen
te sobre a Amazônia: os 'grandes projetos' e a assesso
ria antropológica". Proposta de Trabalho para o curso de Doutorado em Antropologia Social. Antonio Carlos de Souza Lima. Abril/86.

- (12) "Terras indígenas e outras figuras análogas". Julio M. G. Gaiger. ANAI-RS/86.

"Demarcação de Terras Indígenas Localizadas em Faixa de Fronteira". Paulo Machado Guimarães. Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. 25/04/86.

1. APRESENTAÇÃO

O P.E.T.I. - "Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais", iniciou formalmente suas atividades no dia 19 de dezembro de 1985, como fruto da ação conjunta das equipes do PPGAS/Museu Nacional e do "Levantamento da Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil"/CEDI.

À parte os procedimentos especificamente ligados ao estudo, as duas equipes, consoante suas dinâmicas próprias, desenvolveram diferentes programas de trabalho, dos quais alguns pontos confluíram para a pesquisa.

Assim, nesta apresentação, destacaremos as atividades específicas à realização do P.E.T.I, bem como as paralelamente desenvolvidas pela equipe do PPGAS/MN. As referentes à equipe do CEDI serão enviadas oportunamente, bem como o relatôrio de atividades e o financeiro (este a cargo do CEDI) o serão até 31 de dezembro, prazo designado por esta Fundação. Da mesma forma, as diretrizes de atuação e a proposta de trabalho apresentadas neste texto referem-se tão somente à primeira equipe, e será na medida dos pontos de contato entre estas e a do CEDI que se efetivará um Convênio entre ambas as instituições.

Um breve relato das realizações até agora obtidas e da programação proposta ainda dentro desta mesma dotação, torna-se importante como forma de dimensionar o que pode ser considerado como acumulado até o presente momento e, logo, ponto de partida imprescindível a um pedido de renovação do projeto

com seus objetivos específicos.

1.1 Atividades diretamente referidas ao
estudo sobre terras indígenas

A primeira atividade sistematicamente desenvolvida pela equipe do P.E.T.I. foi a elaboração de uma listagem geral das terras indígenas a partir de documentação da FUNAI, de material acumulado pelo CEDI e por informações provenientes da rede de colaboradores regionais. Tal atividade ocupou diferentes membros das duas equipes, em momentos variados, desdobrando-se até o presente quando atinge sua forma mais acabada (por que retificável) e computadorizada, tendo sofrido ao longo desses meses diversas reelaborações, sendo produzida por diferentes versões e formas remissivas.

A elaboração dessa listagem atende a uma das propostas do P.E.T.I., i.é, a criação de instrumentos de trabalho que possibilitem a constituição de uma sistemática de abordagem da questão das terras indígenas no Brasil em corte nacional que viabilize tanto a ação prática quanto a reflexão acadêmica. O fraco grau de sistematização e o desconhecimento de dados empíricos mínimos são, talvez, duas das características primárias do "saber" indigenista.

A Situação das Terras Indígenas, forma de registro da globalidade das terras reconhecidas pelo órgão indigenista oficial, apresenta diversos problemas quanto à qualidade das informações referenciadas, alguns dos quais achavam-se já apontados no texto de encaminhamento do Projeto, outros mais tarde

destacados em textos produzidos pela equipe. A listagem elaborada será divulgada como parte do ACONTECEU/POVOS INDÍGENAS - 1985, publicação anual, até esta data, editada pelo "Levantamento da situação atual dos Povos Indígenas no Brasil", de a cordo com o texto aqui anexado, na qualidade de sua apresentação, do qual consta a categorização elaborada para classificá-las no que se refere à situação jurídica (Anexo 1).

Esta listagem deverá constituir, ainda, uma das publicações a serem editadas, enquanto produtos de caráter sobretudo informativo, pelo P.E.T.I.. Pretende-se que, para esta ocasião, ela seja acompanhada de índices remissivos por seus diversos tópicos, de uma apresentação e de uma introdução mais abrangentes.

O passo seguinte consistiu na coleta, organização e arquivamento do material sobre terras indígenas disponível tanto no Museu Nacional, produto de investigação anteriormente realizada por João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida, na FUNAI, durante os meses de novembro de 1984 a fevereiro de 1985, quanto no arquivo do CEDI/SP. O trabalho se iniciou pela documentação do Museu Nacional, tendo consistido no fichamento para constituição de um catálogo do arquivo, e para tanto, de critérios mínimos de recensão para cada série documental. Tais critérios foram objeto de elaboração de documentos de trabalho, como passaram a ser chamados todo e qualquer texto produzido como parte das atividades de pesquisa e organização (cf. Anexo 2 para alguns exemplos).

Por sua vez os critérios de recensão achavam-se norteados por planos sucessivamente reelaborados de arranjo do ar

quivo em organização, o primeiro dos quais pré-existe ao início formal do Projeto, tendo esta atividade sido objeto do trabalho, sobretudo, de Jurandyr Carvalho Ferrari Leite. Os textos referentes ao arranjo do arquivo constituem o Anexo 3 desta proposta, e sua leitura demonstra os avanços obtidos no sentido de produção também desta sistematização de conhecimentos sobre a questão acima referida, já que arquivo deve ser entendido aqui como instrumento de trabalho, e não como depósito, sendo sua organização fruto de discussão da equipe e tarefa não redutível a seu aspecto técnico, portanto à competência específica do arquivista.

A essa organização inicial seguiu-se a de material sucessivamente recolhido em Brasília, na Coordenadoria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrários (MIRAD), por Jurandyr C. Ferrari Leite e Antonio Carlos de Souza Lima, respectivamente nos meses de fevereiro e março, e por Ana Lucia Lobato de Azevedo e Lucy Paixão Linhares, em abril, na FUNAI, no MIRAD e no INCRA, também em Brasília. A tal coleta veio se juntar a remessa regular de documentação sobre a situação fundiária de áreas indígenas em tramitação no GT-Dec.88.118/83, solicitadas por João Pacheco de Oliveria Filho à Divisão de Patrimônio Indígena (DPI)/FUNAI, quando de sua gestão na Coordenadoria de Terras Indígenas (CTI)/MIRAD, reproduzida e arquivada pela Profa. Rita Lazarin, remessa esta que continua a ser feita. Durante o mês de setembro Lucy Paixão Linhares realizou, ainda, levantamento de documentação no INCRA, em Brasília, além de entrevistas com funcionários da agência. Da mesma forma, Regina Maria de Carvalho Erthal fez u

ma leitura exploratória, da coleção de Boletins Administrativos da FUNAI do Setor de Documentação do Museu do Índio.

Às atividades de classificação, fichamento e arquivo do material juntou-se a de listagem das diversas séries arquivadas, constituindo-se estas listas em outros tantos instrumentos de trabalho, cujo objetivo é facilitar a obtenção de novos documentos e possibilitar inferências primárias sobre a ação da agência indigenista. As grades de listagem dos diversos tipos de documentos pelo P.E.T.I. arquivados constituem-se no Anexo 4 desta proposta.

Em termos ainda de organização documental, no mês de maio foi elaborada a proposta de codificação do arquivo e foi iniciada a ordenação do fichário de referência da documentação, que se acha organizado por ordem alfabética de áreas indígenas (cf. Anexo 5).

O arquivo elaborado e sediado no PPGAS/MN, permite, por um lado, uma análise dos processos sociais envolvidos na problemática das terras indígenas, tal se refletindo na divisão em grupos dos documentos no arquivo (Processo de Demarcação; Mineração, Invasões; Conflitos; Uso do Solo; Projetos Fundiários; Projetos Econômicos), e dentro destes em séries particulares. Por outro lado, permite uma recuperação da documentação através do fichário, referida primariamente à unidade de análise do projeto — terra indígena — que pode ser ampliada a temas específicos por meio da multiplicação das fichas, na medida das necessidades analíticas. Realiza-se, por meio de um processo mecânico, operações que deverão estar cobertas numa futura informatização do arquivo.

Atendem-se, assim, as funções de acumulação, conservação e expansão do acervo, intrinsecamente ligadas à feição prática a que se propõe o Projeto como, na medida da qualificação e controle propiciados pelo arranjo adotado para o arquivo, permite a análise do material com a produção de uma sistemática sociológica que instaure e permita a constituição propriamente científica da questão.

1.2 Outras atividades desenvolvidas pelos
pesquisadores sediados no PPGAS/MN

Os desenvolvimentos paralelos realizados por essa equipe de pesquisadores podem ser divididos em dois tipos:

1.2.1 Atividades relativas aos movimentos
 indígena e indigenista

A participação em alguns eventos dos pesquisadores se deu de forma tanto individual como coletiva.

Ana Lucia Lobato de Azevedo participou da reunião de advogados ligados ao indigenismo, promovida pelo Conselho Indigenista Missionário, realizada em Brasília, ao longo do mês de abril. Após tal reunião e o levantamento de documentos acima citado, a pesquisadora seguiu para a Paraíba, com recursos fornecidos pelo PPGAS/MN, como parte das atividades relativas à sua dissertação de mestrado, referente ao processo administrativo e judiciário de regularização da terra Potiguara visto através da política local. Durante esta viagem a pesquisadora

manteve contato com o Coordenador do CIMI-NE, e realizou assessoria aos líderes Potiguara em suas reivindicações por suas terras, para tanto havendo retornado a Brasília.

Em maio, do dia 1º ao dia 5, Antonio Carlos de Souza Lima ministrou curso de História do Indigenismo na Operação Anchieta, em Cuiabá, dentro do curso mais global de formação de indigenistas, realizado pela instituição, forma de participação que o pesquisador desenvolve há já dois anos, no mesmo sentido da assessoria mais ampla fornecida por João Pacheco de Oliveira Fº.

Ainda em maio durante os dias 9 e 10, a equipe do P.E.T.I., à exceção de Ana Lucia Lobato de Azevedo, ainda em viagem, participou da reunião promovida pela União das Nações Indígenas e organizada em sua sede pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, com patrocínio da Fundação Ford, no sentido de reunir subsídios à formulação de um programa mínimo, no que tange à questão indígena, a ser encaminhado aos candidatos a eleição para o Congresso Constituinte vindouro. Para esta reunião, dois membros da equipe do P.E.T.I. prepararam um pequeno texto para discussão (Anexo 6). Como parte dos resultados da reunião, os membros do projeto assumiram a tarefa de redação de um texto relativo à questão de terras indígenas e constituinte, para circulação como parte de um caderno sobre a questão indígena no contexto da Constituinte (Anexo 7). A posterior redefinição dos produtos do encontro determinou a não realização do caderno de textos e a publicação do trabalho referido, sob forma reduzida como parte do número 212 da revista Tempo e Presença (Anexo 8).

1.2.2 Atividades de formação de quadros

Quanto às atividades de caráter acadêmico, Ana Lucia Lobato de Azevedo, Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima participaram do GT Terras Indígenas, coordenado por João Pacheco de Oliveira Fº, na XV Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em Curitiba, de 22 a 24 de março. As reuniões do GT foram gravadas, achando-se já transcritas, para posterior encaminhamento aos expositores com fins de revisão e futura possível divulgação.

Ainda como parte das atividades de formação de quadros, a equipe do projeto no PPGAS tem se ampliado com a inserção, desde o mês de abril, de Henyo Trindade Barreto Fº, Rogério Santos Victor e Sidnei Clemente Perez e, mais recentemente, de Frederico Raphael Carelli Durão Brito que, na qualidade de estagiários (não remunerados a princípio e sob remuneração a partir do presente mês) vieram a se juntar a Rosa Maria Pires Carneiro e Kátia Regina Pacheco Velloso, bolsistas de iniciação científica do CNPq sob orientação do coordenador da equipe.

Com exceção de Kátia Regina, cujo trabalho acha-se remetido a uma análise em perspectiva histórica da constituição do indigenismo no Brasil, os estagiários estão diretamente engajados no processo de trabalho, preparando-se para discriminar áreas de pesquisa de interesse próprio, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira Fº e dos demais membros da equipe.

Ainda como atividades que podem ser consideradas dentro desta subdivisão específica, Lucy Paixão Linhares e Regina Maria de Carvalho Erthal, ambas alunas desligadas do PPGAS/MN,

e orientadas de João Pacheco de Oliveira Fº, retomaram seus trabalhos de dissertação, redigindo projetos de pesquisa sobre temas relativos a questões direta ou indiretamente relacionadas com o P.E.T.I. (Anexo 9 e Anexo 10). Antonio Carlos de Souza Lima candidatou-se, sendo aprovado, ao curso de doutorado em Antropologia Social do PPGAS/MN, desenvolvendo proposta de estudo relacionada às preocupações do projeto (Anexo 11). João Pacheco de Oliveira Fº defendeu sua tese de doutorado (OLIVEIRA Fº, 1986) no dia 08 de setembro passado e Ana Lucia Lobato de Azevedo defenderá sua dissertação de mestrado durante o mês de dezembro. Embora tais projetos não sejam realizados durante o tempo de trabalho dedicado ao Projeto, à exceção da dissertação de Ana Lucia Lobato de Azevedo, diretamente vinculada à questão e considerada como parte integrante do que virá a ser o relatório final da equipe, eles se acham ligados e dinamizados indiretamente, pelo vínculo dos pesquisadores ao P.E.T.I.

A equipe iniciou, ainda, no mês de setembro uma série de seminários internos com fins a produzir uma sistemática a qual desembocará, futuramente, num Seminário Permanente sobre Indigenismo e Etnologia no Brasil, sediado no PPGAS/MN.

1.3 Programação para 1986

Para o período final deste ano e, possivelmente, do início do próximo, pretende-se realizar algumas atividades que viriam a encerrar adequadamente os compromissos assumidos pelas equipes dentro das possibilidades demarcadas pelo trabalho concreto realizado até o momento.

Assim, acham-se em preparação pela equipe do P.E.T.I. diversos textos de caráter analítico sobre alguns dos aspectos que a documentação compulsada sugeriu. Os trabalhos estão pensados como contribuições possíveis a uma redefinição da política fundiária no tocante às terras indígenas no Brasil. Tais textos deverão vir a ser divulgados nos próximos meses através de pequenos seminários a serem realizados no PPGAS/MN, e posteriormente publicados em escala ampliada.

Deste conjunto alguns textos terão sua divulgação agilizada através de pequenas publicações, dado a seu caráter factual/informativo, a exemplo da listagem de terras indígenas.

Dando conta das atribuições de ordem prática que fazem parte da agenda do Projeto, prepara-se para próximo o envio de reproduções de parte da documentação em arquivo, referente ao processo jurídico de regularização fundiária de terras indígenas, a agentes da rede de colaboradores, que no presente momento estejam diretamente engajados em lutas pela demarcação.

O objetivo desta remessa é, cumprindo a função de asssessoria aos movimentos indígena e indigenista, apresentar o trabalho realizado pelo P.E.T.I. até o presente momento, colocando seu arquivo, enquanto elemento dinâmico e ágil, de fácil acesso e utilização, à disposição para consulta. Com isso crê-se ser possível estabelecer um fluxo regular de informações sobre a questão, iniciado não a partir do pedido mas sim do fornecimento de material, o que conferiria ao arquivo um aspecto real e não virtual, sendo isto um dos fins do próprio Projeto.

Exatamente com o objetivo acima descrito pretende-se

dar os primeiros passos, durante o mês de dezembro, no sentido da informatização do arquivo, o que permitiria a obtenção de resumos de fácil manuseio para consulta e fornecimento de informações. A principal forma de recuperação do material será aquela por área indígena, critério que, como já se disse, orienta primordialmente a organização do fichário do Projeto.

Cremos, pois, que acumulamos dados, ao longo do período de dezembro de 1985 até o presente, em termos de documentação, no que se refere a conhecimentos sobre o processo jurídico de regularização fundiária das terras indígenas, e também em termos de organicidade interna. Tal nos permitira propor, como continuidade deste trabalho, um estudo mais localizado, voltado para a pesquisa em área, como meios que além de reverterem para o conhecimento da situação em termos propriamente científicos, venham a repassar informações e elementos de análise aos movimentos indígenas, de maneira dinâmica e a suscitar um maior contato com os grupos de diferentes regiões em relação às formas de organização frente ao branco, sobretudo para a luta por suas terras, percebendo-se as diferenças surgidas a partir de variáveis como as culturas dos grupos em questão, a trajetória de contato com a sociedade nacional, a situação da região em termos atuais no que se refere aos planos do Estado, às agências de contato em atuação, e aos demais atores sociais presentes.

2. OBJETIVOS

O encaminhamento deste Projeto, pelos próximos 3 a nos, tem como objetivo principal o estudo das formas de organização indígena pensadas em relação a casos concretos de mobilização e resistência frente ao branco, destacando-se os processos diretamente relacionados à luta pela terra, tomados também em relação à construção diferencial da indianidade (e seus mūltiplos determinantes) nos casos a serem abordados, subretudo destacando-se as situações de conflitos interétnicos. Seria assim possível aprofundar os conhecimentos relativos à atuação das agências de contato, às práticas jurídicas atualizadas em atritos entre índios e brancos, pensadas em termos situacionais (GLUCKMAN, 1969; VAN VELSEN, 1967), dando seguimento de maneira mais rica e direta a uma análise das invasões das terras indígenas que seja norteada por preocupações de caráter antropológico.

Pretende-se que este tipo de conhecimento seja produzido a partir da realização de pequenos estudos locais, tal vindo a determinar, na medida da extensão das áreas de pesquisa a serem selecionadas, uma multiplicação dos elementos envolvidos no trabalho. Isto não significa, porém, uma expansão descabida das proporções da equipe do Projeto mas, isto sim, da sua atução enquanto estimuladora de um esforço que a transcenda. Portanto, repassando os conhecimentos até agora obtidos e qualificando quadros engajados nos movimentos indígena e indigenista que, conhecedores das suas áreas de ação possam vir a se mobilizar para um trabalho de aprofundamento, desnaturalização

de algumas pré-noções assumidas e sistematização de conhecimentos já obtidos, a equipe cumpriria parte das atribuições de pesquisa e acompanhamento aqui assinaladas.

Paralelamente dar-se-á seguimento à análise da política indigenista e do indigenismo atuais, em relação às demais políticas do Estado, sobretudo à geopolítica (preocupação sobretudo dos segmentos militares), à política fundiária, bem como às ideologias que as têm norteado, na medida de sua relação com as situações concretamente abordadas, bem como à manutenção e constituição de instrumentos que atendam à dinâmica de corte nacional.

Isto significa continuar trabalhando no depuramento das listagens de terras indígenas já constituídas, assim como produzir outros instrumentos do gênero. Pelo momento podemos divizar a possibilidade de, utilizando futuramente a computadorização das informações e recuperando-as por terra indígena, constituir pequenos "dossiês" acerca de cada uma dessas unidades, nos quais estariam lançadas informações referentes não apenas ao processo de regularização fundiária das mesmas, mas também sobre invasões, conflitos interétnicos, políticas públicas em ação na região, mineração, projetos econômicos, etc.

Pretende-se criar, portanto, formas de reter informações referentes e tais questões — o que faz pensar em cadastros específicos acerca das mesmas — inclusive aquelas advindas do atendimento telefônico a agentes de área, e de introduzi-las em computador. Todas estas informações deverão ser passíveis de recuperação através do dado cronológico (data do acontecimento e/ou de entrada no sistema de registro do Projeto)

que permita a constituição de quadros sugestivos da dinâmica histórica de cada terra indígena.

Em termos das questões que se pretende destacar nesta etapa do trabalho, dar-se-á ênfase às regiões do Acre, do Oeste do Amazonas, bem como à de Roraima, palco que são de uma articulação específica de forças econômicas e políticas regionais, nacionais e internacionais a qual as faz prioridades do "desenvolvimento nacional", cuja melhor expressão discursiva parece ser, pelo momento, o texto do projeto do Iº Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (BRASIL, 1986. Do ravante citado como PDA).

Segundo o texto do Iº PDA as regiões mencionadas se acham sob a ação de alguns de seus programas prioritários, como o POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil, o PMACI - Programa de Proteção às Comunidades Indígenas e Preservação do Meio Ambiente na área de influência da BR-364 (Porto Velho-Rio Branco) e o PLANACRE - Programa de Apoio ao Estado do Acre; Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do INCRA, nos Estados do Amazonas, Acre e Território Federal de Roraima; PROJETO CALHA NORTE - Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, todos estes considerados como de caráter sub-regional, assim como o Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira, o Programa Regional de Reforma Agrária e o Programa Regional de Levantamentos Básicos, todos eles enfocados como prioritários (PDA, p. 111 e ss), e, à exceção do quarto, do antepenúltimo e do penúltimo, nominado explicitamente a necessidade de atuação junto às populações indígenas. Os mapas forne

ce uma visão gráfica das regiões abrangidas pelos programas supra-citados, bem como os subseqüentes apresentam as terras indígenas nelas localizadas, devendo ser relacionadas ao quadro I (Municípios/Terra Indígena).

Tenciona-se, ainda, incluir áreas do Nordeste (cf. mapas e quadros) na órbita mais específica da nova etapa do Projeto de modo a fornecer exatamente um contraponto à situação dos grupos indígenas das regiões selecionadas da Amazônia, já que as primeiras apresentam formas bastante diferenciadas tanto de estruturação social, quanto de constituição da indianidade — em muitos casos só recentemente reconhecida pelo órgão indigenista —, constituindo-se na região onde o processo de regularização fundiária tem avançado com mais lentidão e a própria movimentação dos povos indígenas surgiu mais recentemente, apresentando especificidades bastante marcadas. Caberia lembrar ainda que, historicamente, o Nordeste foi ponto de partida da ocupação territorial brasileira, tendo os grupos localizados o maior tempo de contato com a sociedade nacional, havendo passado por diferentes situações de dominação, enquanto a região da Amazônia pode ser tomada como aquela em que se assiste agora ao fechamento da fronteira agrícola no Brasil, sendo passíveis de serem concebidas como regiões polares.

Primordialmente, trata-se de refletir acerca das possibilidades futuras daqueles que em termos mais recentes se acham sob pressões intensivas da parte de segmentos da Sociedade Nacional e do Estado, pressão que se reflete, sobretudo, na possibilidade de controle sobre a terra, contribuindo com a luta destes povos através da divulgação de dados, de análises de

conjuntura, inclusive de processos locais de mobilização de índios e entidades indigenitas. Assim se estaria levantando da dos importantes no sentido da auto-determinação dos grupos em questão bem como de sua sobrevivência étnica, ao mesmo tempo que refletindo acerca das políticas públicas que os afetam ora em implementação.

3. JUSTIFICATIVA

Em termos do objetivo mais específico deste projeto, isto é, a análise do processo de regularização fundiária das terras indígenas, dos embates que suscita aos níveis local, regional e nacional —, as articulações entre as variadas agências envolvidas na disputa política que configura, nestes diferentes espaços, o desenvolvimento de cada demarcação de área indígena, as ideologias em jogo e sua concretização em políticas públicas de caráter variado, bem como as ações estabelecidas em relação a elas pelos grupos indígenas e suas estratégias diferenciais frente ao colonizador, estruturam um mesmo campo de interação.

Deste ponto de vista, cabe destacar a importância assumida pelas posições detidas pelo Estado através de suas diversas agências, expressas, por vezes, em tomadas de posição contraditórias. Conseqüentemente, torna-se relevante, sobretudo para os grupos indígenas envolvidos de forma direta em ações específicas do Estado tutor, o conhecimento das diretrizes e das formas de implementação mais globais que as norteiam, seu acompanhamento (no caso daquelas em curso) e sua crítica.

É neste sentido que se toma, enquanto foco analítico, algumas regiões sob a atuação do Iº PDA da Nova República, concebido aqui, como referido acima, na qualidade de expressão discursiva de um projeto político para a Amazônia, logo a ser objetivamente percebido por meio dos variados programas que nele estão abarcados, alguns dos quais já anteriormente existentes, sendo esses suas expressões concretas.

Plano de caráter globalizador merecendo em si maior detalhe e análise aprofundada, apresenta-se como um singular compósito de discursos diferenciados, em que se pretende harmonizar o "desenvolvimentismo", o controle geopolítico, a defesa ecológica, a participação ativa de pequenos e médios produtores no desenvolvimento e na definição de políticas para a região, o desenvolvimento comunitário, a participação de grandes produtores rurais, grandes empresas agropecuárias, mineradoras, o controle estatal sobre a expansão e a preponderância de organismos regionais, e a proteção das comunidades indígenas, com prioridade para a demarcação de suas terras.

Assim, parte-se da constatação de que

"A Amazônia legal, embora seja, internacionalmente, reconhecida como uma das maiores e mais pujantes regiões de recursos do globo terrestre e, portanto, capaz de representar a garantia de um amplo e vigoroso processo de desenvolvimento integral da sócio-economia brasileira, ainda não teve, internamente, o seu verdadeiro reconhecimento, como área preferencial, nas políticas que marcaram a evolução do processo de desenvolvimento nacional.

A visão de um Brasil dividido em macrorregiões diferenciadas, onde a Amazônia é tida como uma Região ainda não suficientemente estudada e não devidamente explorada, tem revelado, de um lado, a sua condição de área motivo de uma permanente cobiça internacional e, de outro lado, a sua condição de reserva de recursos, sempre relegada a um plano secundário, no conjunto das regiões prioritárias brasileiras.

O mais surpreendente de tudo isso é que, enquanto toda a economia mundial, há mais de uma década, se volta para repensar e descobrir fontes de suprimentos de matérias-primas industriais e insumos básicos, para vencer ou atenuar os efeitos indesejáveis desta longa crise, a Amazônia, com todas as suas potencialidades geo-econômicas, ainda não é considerada o fulcro de um planejamento prospectivo da sociedade brasileira.

A ação planejada do governo, em busca do Desenvolvimento Nacional, tem considerado a presença e participação da Região Amazônica como sendo um grande repositório de matérias-primas, ou seja, a Amazônia tem representado uma vasta extensão de terra, quase desocupada, à disposição da formação e elevação do Produto Interno Bruto Nacional.

Sob essa ótica, resulta uma ocupação indiscriminada e, até certo ponto, irracional. As riquezas do solo e subsolo, não tendo o reconhecimento do seu valor real e não sendo, ainda, disponível uma tecnologia de exploração racional dessas potencialidades, propiciam o surgimento de uma economia de exploração predatória, contrária aos interesses da sociedade regional e dos princípios conservacionistas dos recursos naturais renováveis." (P.D.A., p.1, grifos nos sos).

O plano caracteriza, mais adiante (Parte 2. A Política de Desenvolvimento Regional, item 2.1. Considerações Gerais) a Amazônia "... como uma prioridade geopolítica. É necessário, portanto, que seja visualizada sob este ângulo, pelo Estado Brasileiro, ao avaliar a sua efetiva incorporação ao processo de desenvolvimento nacional..." (p. 29, grifos nos sos), colocando a necessidade de se tomar "... o homem e seus valores não apenas como destinatário direto de toda a ação governamental, mas, também, como agente co-responsável dessa ação" (idem). Enfatiza-se a necessidade de incorporação das "regiões mais pobres ou mais atrasadas ao processo nacional de desenvolvimento" e a importância do acesso a "novas fontes de geração de riquezas no processo de produção".

O PDA detecta, ainda, como principais obstáculos a serem corrigidos (além da não-priorização da região), o esvaziamento dos instrumentos regionais de gestão econômica e financeira (SUDAM, BASA; BANRORAIMA, FINAM), preconizando a restauração e ampliação de seus poderes e a formulação de uma po

lítica de exploração ecológica da Amazônia que reverta à própria região.

Uma leitura mais cuidadosa do texto poderia demonstrar que o projeto para a região visa, basicamente, "interiorizar e internalizar o desenvolvimento" (p. 30), aprofundando e submetendo a Amazônia ao desenvolvimento capitalista intensivo e repassando esta tarefa aos organismos regionais enquanto estratégia para viabilizar a extensão dos serviços do Estado sobre a região, já que são particularmente recorrentes as idéias de "controle e disciplinamento" sobre a expansão territorial.

Dentro do plano, a questão indígena surgirá mencionada algumas vezes. A primeira delas na parte intitulada "Os Grandes Problemas" (1.2) onde se faz um diagnóstico da situação da Amazônia, e se detectam os "grandes desafios e obstáculos a serem vencidos" nominando, dentre seus "aspectos sociais", a "desagregação das comunidades indígenas, em face da ocupação de suas áreas, pela falta de uma política de demarcação das suas terras" (p. 23).

Volta novamente a ser referida na parte sobre "Diretrizes Globais", em que o PDA destaca a necessidade de "Agilizar a identificação, delimitação e a demarcação das terras indígenas" (p. 31), reaparecendo quando, ao formular a política de recursos naturais (item 3.2) — particularmente nas diretrizes para a exploração de recursos minerais —, se destacam duas, isto é:

" - Disciplinamento das atividades de mineração em áreas indígenas, definição de espaços para garimagem e fortalecimento da harmonia da mineração com

o meio ambiente;

(...)

- Proibição da atividade de pesquisa e lavra de bens minerais em áreas de reservas legalmente definidas;" (p. 37)

Mais uma vez enquanto parte das diretrizes, desta vez da parte cultural, (3.4. A Política Social) o plano aponta no sentido da:

" - Deflagração de um processo educativo, com vistas a desmistificar o preconceito contra as minorias étnicas discriminadas e segregadas da Região;"

Mas é , também na parte de Política Social, num item específico ("Questão Indígena", p. 56) que são formulados os objetivos e diretrizes do projeto, para os povos indígenas:

" - Objetivos

. Respeitar as sociedades indígenas e as suas formas próprias de organização social, econômica, política e cultural, assegurando a posse das terras que ocupam e o direito ao usufruto, exclusivo, das riquezas naturais do solo e do subsolo nelas existentes.

- Diretrizes

. Identificação e agilização da demarcação e regularização de terras, em conformidade com os limites territoriais reivindicados pelas nações indígenas;

. Respeito à interdição das áreas ocupadas pelas nações indígenas ainda não contactadas, efetivamente, pelo Órgão Tutelar;

. Articulação de órgãos ou entidades direta ou indiretamente ligados à questão indígena, bem como aqueles ligados à questão fundiária, no sentido de viabilizar uma política indigenista orientada pelas próprias nações indígenas, assegurando a preservação de seus territórios;

. Realização de estudos quanto aos limites territo

riais das áreas indígenas, em especial, os casos que não satisfaçam as reais necessidades das nações indígenas;

. Realização de estudos preliminares que possibilitem evitar, ou minimizar, os impactos decorrentes da implantação de grandes projetos regionais, sobre as nações indígenas;

. Valorização da cultura das sociedades indígenas, impedindo a desarticulação de suas economias e autonomia tribais;

. Execução de uma política indigenista coerente com as aspirações e que respeite a diversidade técnica, atendendo às necessidades das sociedades indígenas;

. Apoio e incrementação das formas de produção autônomas a coletivas, das sociedades indígenas, sem interferência nas suas decisões políticas e econômicas;

. Estímulo à revisão dos programas adotados pelas escolas de 1º e 2º graus, no que se refere à questão indígena;

. Reformulação do ensino ministrado às populações indígenas, de modo a adequá-los às suas culturas." (p. 56/57, grifos nossos).

Apesar da bela retórica caberia destacar que a ênfase na demarcação, na articulação de agências vinculadas à questão, não deve obscurecer o fato de que a intervenção renovada do Conselho de Segurança Nacional na política indigenista, no sentido de sustar os processos de regularização fundiária de grupos em faixa de fronteira, como no caso dos Ticuna (cf. MIRAD/CTI, 1986; e Anexo 12), deixa a nu as contradições entre um plano que se pretende norteado por preocupações de caráter geopolítico, e os interesses indígenas.

O problema das áreas indígenas em faixa de fronteira será retomado abaixo, mas valeria destacar que a idéia de realização de "estudos preliminares" no sentido de "evitar, ou minimizar" os efeitos da implementação de ações de grande porte desvenda, juntamente com a questão supra-referida, um dos pontos fundamentais do projeto: a proposta de desenvolvimento para a região, de fato, não se acha posta em questão, to da a retórica no sentido de participação dos povos indígenas e camponeses não tendo outra intenção senão a de resolver e evitar desequilíbrio a posterior, logo, de maximizar os lucros

do investimento. Na parte de política de ciência e tecnologia (3.5) o plano se refere à atividade de pesquisa em termos de

" - Avaliação dos efeitos sobre as comunidades locais, decorrentes da instalação de grandes projetos na Região, propondo novas formas de atuação comunitária, visando a minimizar os efeitos danosos e a apropriar-se dos resultados positivos das transformações ocorridas;" (p. 59, grifos nossos). (*)

Em termos de estratégia de atuação (item 4, p. 60) o projeto prevê não só a ação governamental no sentido de "corrigir as distorções que o funcionamento do sistema amazônico apresenta..." (p. 60), como a formulação de uma "... base segura para orientar os investimentos privados em setores e produtos prioritários" (idem), sob o parâmetro da "... MAIOR RACIONALIDADE NO USO DOS RECURSOS E MAIOR INTERNALIZAÇÃO POSSÍVEL DOS FRUTOS DO DESENVOLVIMENTO" (p. 60, grifos do texto).

Concretamente, as ações de planejamento estão previstas e organizadas em diferentes escalas espaciais e em ordem de prioridade, nas categorias de Programas Regionais de Interesse Nacional/Regional, no qual se insere, dentre outros, o "Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira", o "Programa Regional de Reforma Agrária" e o "Programa Regional de Levantamentos Básicos"; de Programas Sub-Regionais de Interesse Nacional/Regional, sob a qual se agrupam o PMACI, o "Projeto Calha Norte", o PLANACRE e o PDRI do Amazonas, Acre e Roraima; e a de Programas Inter-Regionais de Interesses Comuns à Amazônia e Centro-Oeste,

(*) Para uma crítica interessante da idéia de "efeitos" e "impactos", ver SIGAUD, 1986 (a).

dentre os quais se acha citado o POLONOROESTE.

Como dito acima, o texto sô não menciona explicitamente a problemática indígena quando se refere ao PDRI, ao "Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira" e ao Programa Regional de Reforma Agrária, o que não significa que não existam relações óbvias (ver Mapas), além das que se acham referidas no próprio texto, em outros pontos.

Assim, quando se fala das estratégias setoriais, no que se refere a colonização o texto menciona a intenção de apoiar "... ações localizadas espacialmente nas áreas dos programas regionais e sub-regionais que venham consolidar a implementação dos Planos Regionais de Reforma Agrária" (p. 77), destacando ações relativas ao reassentamento de populações rurais, dentre as quais aqueles de populações localizadas em áreas indígenas.

No que se refere ao Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira (p. 117/119) o texto diz

"A Amazônia brasileira limita-se, territorialmente, com a Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativa da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Sua faixa de fronteira, superior a 11.000 km, constitui um aspecto da mais alta relevância, do ponto de vista geopolítico.

Trata-se de áreas que, além do aspecto de segurança e soberania nacional, se destacam por estarem enquadradas ou possuírem o caráter de zona pioneira (áreas de fronteira agrícola, extrativa e de mineração) e, portanto, sujeitas a um processo de ocupação mais rápida e, de certa forma, incontrolado.

(...)

O Programa traça uma estratégia que, de um lado, procura reforçar os aspectos de soberania e controle efetivo do patrimônio nacional e, de outro lado, pre

tende tornar as fronteiras um lugar capaz de atrair colonos e empresários dos eixos tradicionais de imigração, como forma de aumentar a circulação econômica das riquezas. (Grifos nossos)

O programa conta com recursos da ordem de Cz\$ 680 milhões para o período de vigência do plano, dos quais se acham excluídos os recursos do Programa Calha Norte, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de diversos municípios que se acham subdivididos em três categorias. A primeira delas, áreas ocupadas de interesse especial abrange (das regiões aqui selecionadas), os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant (AM), Brasiléia e Cruzeiro do Sul (AC); a segunda categoria, áreas ocupadas ou semi-ocupadas, de baixo dinamismo econômico-social, porém, com recursos naturais relevantes e caráter de zona pioneira potencial, inclui os de Bonfim (RR) e Plácido de Castro (AC); a terceira, áreas semi-ocupadas ou áreas com possibilidades de ocupação a médio prazo, destaca os municípios de Pacaraima e Normandia (RR); Jauanete, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Atalaia do Norte (AM), Mâncio Lima e Assis Brasil (AC).

Uma consulta ao quadro Municípios/Terras Indígenas demonstra a repercussão de tais ações em termos da população indígena, que não deve ser pensada, para a região, sob um fictício isolamento regional.

É também com preocupações marcadamente geopolíticas que se propõe o Projeto Calha Norte:

"O Projeto Calha Norte é um programa especial, que objetiva o desenvolvimento e a segurança nacional de áreas situadas ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, compreendendo 3 espaços diferenciados. O primeiro, abrange a faixa de fronteira que

vai de Tabatinga-AM ao Oiapoque-AP e, para efeito de programação e ação imediata, é eleita como área preferencial. O segundo espaço é definido pela orla ribeirinha dos rios Solimões, Amazonas e seus principais afluentes, onde se localizam a economia e a sociedade pré-existentes. Finalmente, o terceiro espaço, é constituído pelo chamado núcleo interiorano.

As ações governamentais preconizadas, no referido projeto, estão orientadas para as seguintes linhas de ação:

- . Ampliação e melhoria das instalações militares de fronteira;
- . Demarcação de fronteiras;
- . Demarcação e desenvolvimento de comunidades indígenas;
- . Ampliação da infra-estrutura básica;
- . Desenvolvimento de relações bilaterais, em termos de comércio e cooperação técnica;
- . Ampliação da oferta de recursos sociais básicos;
- . Interiorização de pólos econômicos.

As aplicações programadas, para o período 1986/1989, estão orçadas em Cz\$ 641.730.000,00." (p. 128-129, grifos nossos).

Esta mesma retórica é acionada pelo "Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas" Programa Calha Norte (FUNAI, 1986), que dentro dos quadros mais gerais deste projeto, prevê a ampliação da "... assistência prestada pela FUNAI aos silvícolas que habitam a faixa de fronteiras e que vivem à mercê de elementos estranhos ao quadro de pessoal desta Fundação." (FUNAI, 1986:2)

Com isto supõe a FUNAI, seria possível levar

"aos grupos indígenas daquela faixa de fronteiras os meios básicos de que necessitam para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico, numa tentativa de colocá-los em igualdade de condições, no que tange à participação nos benefícios (...) do desenvolvimento regional e nacional." (FUNAI, 1986:2)

De fato, o discurso que articula índios e fronteiras tem origens remotas, tendo sido assumido (mesmo que redefinido) como característico dos estamentos militares ao menos desde a Guerra do Paraguai, organizando práticas como a de instalação pelo SPI de postos indígenas de fronteira, ainda hoje existentes (cf. OLIVEIRA, 1947 e VASCONCELOS, 1939).

O objetivo primordial do PMACI e sua ação frente às populações indígenas, tange-se a minimizar os "impactos" produzidos pela pavimentação da BR-364 (Porto Velho-Rio Branco), articulando-se ao PLANACRE, que prevê a "elaboração de um programa de desenvolvimento para o Estado, visando, inclusive, estabelecer metas e linhas de ação a serem executadas em áreas indígenas, áreas de preservação e conservação, bem como no que se refere às endemias tropicais e/ou zoneamento dos recursos naturais" (p. 130), com a posterior implementação dos projetos formulados.

O POLONOROESTE, de interesse apenas relativo ao Sudeste do Acre, pretende promover a ocupação econômica e demográfica ordenada da área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, além da "preservação do sistema ecológico e da proteção das comunidades indígenas" (p. 134).

Toda a movimentação em curso para a região faz prever um acirramento das tensões, com a implementação de ações conflitivas pelos variados grupos indígenas e por distintas categorias de agentes, ao nível, da cena local, que a tornam locus privilegiado para o estudo da temática das organizações in

dígenas enquanto dado prioritário de um estudo sobre terras indígenas.

De fato, os grupos que se acham aí alocados sofrem já a intensificação das pressões por parte de diferentes agentes, configurando-se situações em que a larga amplitude dos riscos potenciais faz prever conflitos de grandes proporções, sobretudo na medida em que os mesmos detêm, na maioria dos casos, a posse efetiva sobre as terras que ocupam.

Em duas regiões que aqui estão referidas, i.e., as do Rio Negro e do território de Roraima, os interesses nas terras indígenas acham-se em grande parte vinculados à existência de minérios em áreas de posse dos grupos indígenas.

A situação é particularmente tensa na AI Alto Rio Negro (AM). Trata-se de área em que se entrecruzam interesses diversos, que acabam por ameaçar perigosamente, ao colocá-los no centro dos conflitos, aos grupos indígenas aí presentes. De um lado, encontra-se o grupo Paranapanema, representado pela Mineradora Rio Marmelos, que já tem aprovados pelo DNPM, um total de 14 alvarás de pesquisa mineral, perfazendo uma extensão de 138.437 ha totalmente incidentes na área (CEDI, 1986:19-20). De outro, acham-se os garimpeiros reunidos sob a Associação de Garimpeiros da Amazônia, presidida por José Altino Machado, pressionados freqüentemente pelo grupo Paranapanema, este apoiado mesmo por firmas de segurança privada, como a SACOPAN.

O próprio Exército, em ação conjunta com a Polícia Federal, tem efetuado operações na área, no sentido de retirar os garimpeiros e dar garantias à Paranapanema.

Colocados entre os lados conflitantes, os índios têm

preferido se aliar ao grupo minerador, na medida em que este tem se comprometido a e efetivamente pressiona o Estado no sentido de demarcar parte das áreas que os índios reivindicam, bem como tem garantido a possibilidade de que estes continuem a desenvolver seus garimpos em outras regiões.

Foi com o apoio da Paranapanema que uma comissão de lideranças da área se deslocou a Brasília, no mês de junho do presente ano, para realizar gestões rumo à demarcação, tendo esbarrado com os obstáculos, em última instância, promovidos pelas pressões do Conselho de Segurança Nacional. Trata-se da posição que justifica a não-demarcação, pelas necessidades de segurança nacional, das regiões de fronteira e que pretende demarcar colônias agrícolas (em que aldeias indígenas e vilarejos brancos se reuniriam numa mesma configuração) antes que áreas indígenas.

Não muito diferente é o caso do território de Roraima, em que perto de 50% das terras são de posse de grupos indígenas, e em que a situação de usurpação territorial ganha foros de legalidade com a criação de municípios com o fim precípuo de "grilagem" ou a instalação de sedes municipais em áreas indígenas. O caso de algumas das terras Macuxi, situadas no meio de fazendas, é particularmente grave.

Também neste caso a mineração joga um peso fundamental, com um número total de 51 alvarás aprovados para todo o território, 26 dos quais para a TI Yanomami, cifra que inclui sua porção no estado do Amazonas (CEDI, 1986:9). Deve-se considerar, ainda, que parte substancial dos recursos do Projeto Calha Norte estão aí alocados.

Da mesma maneira, a situação atual das áreas Tikuna no Alto Solimões faz prever riscos consideráveis de atritos sérios. Das oito áreas Tikuna, quatro foram juridicamente reconhecidas pelos Decretos nº 92.553/86 (AI São Leopoldo); nº 92.554 (AI Feijoal); nº 92.555 (AI Bom Intento) e nº 92.556 (AI Santo Antonio). As demais áreas, que perfazem a maior parcela territorial a ser demarcada e onde se situam os territórios tradicionais do grupo, acham-se em suspenso, também submetidas à interdição do C.S.N., por situarem-se na "faixa de fronteira".

A regularização jurídica não põe fim, no entanto, aos atritos entre índios e brancos na região. É assim que incentivados por atravessadores locais, alguns posseiros que residem dentro ou nas cercanias destas áreas, começaram a praticar intensamente desmatamento das partes florestais lá existentes. Da AI Bom Intento, situada em uma ilha e com apenas 700 hectares, moradores de Benjamin Constant derrubaram 85 árvores de madeira branca, em maio deste ano. Na AI Santo Antonio, as denúncias implicam os irmãos João e Daniel Bittencourt, moradores nas imediações, na derrubada de 27 árvores. Na AI São Leopoldo, o chefe indígena Leonílio denuncia a extração de 600 toras de madeira, para o mesmo período.

Dadas a extraordinária rentabilidade da atividade (o metro cúbico de madeira branca custando 80 cruzados, em maio, as árvores derrubadas tendo entre 10 e 20 metros de altura) e a passividade da FUNAI local, é de temer que tais ações recrudescam, enfrentando uma crescente irritação e resistência dos índios que já apreenderam diversas árvores e toras de madeira.

Em maio, por duas vezes, uma comissão indígena comunicou tais fatos à Polícia Federal em Tabatinga, sem qualquer resultado.

No mesmo mês, duas mortes de índios por brancos contribuíram para exacerbar as tensões, casos em que a FUNAI nada fez para resolver judicialmente a questão, ou mesmo dando conta aos índios das providências tomadas ou acalmando os ânimos.

Desde as últimas notícias relativas à interdição das áreas consideradas na "faixa de fronteira" e com os conflitos descritos acima, as lideranças tradicionais refluíram a suas aldeias de origem mantendo a firme determinação de defenderem suas terras a quaisquer custos e desintrusarem-nas ainda que sem o concurso da FUNAI e do INCRA.

Cabe ainda lembrar que todas essas áreas apresentam organizações representativas das comunidades indígenas, existindo duas cooperativas indígenas na área do Alto Rio Negro, um conselho de tuxauas em Roraima, e um conselho indígena no Alto Solimões. Tal é, também, o caso do Acre em que os grupos indígenas se acham aglutinados em torno de um regional excepcionalmente representativo da União das Nações Indígenas.

Muito diferente, senão radicalmente oposta, é a situação do Nordeste. Como já se disse, os grupos da região começam por definir sua luta em termos de obterem do Estado tutor, através do órgão indigenista, o reconhecimento de sua indianidade, o que no caso da região amazônica acha-se dado pelos próprios planejamentos estatais.

Esse reconhecimento foi durante muito tempo negado

aos grupos situados no Nordeste, já que, se remontarmos aos inícios da proteção oficial, veremos que só na década de 1930 o Serviço de Proteção aos Índios instalaria seus primeiros postos indígenas na região. Nos primeiros anos de sua existência, quando ainda se achava aglutinando as tarefas de proteção aos Índios e de localização de trabalhadores nacionais (cf. LIMA, 1985), a ênfase dada à região era a de instalação de "centros agrícolas", unidades de ação deste último aspecto do serviço cuja atividade última era a "educação agrícola" da população "mestiça" do interior do país (cf. LEITE & LIMA, 1986).

A região, por sua vez, não é definida como prioritária pelo Estado, não sendo tampouco das que recebe maiores ênfases em termos de planejamento fundiário.

Por outro lado, a própria cristalização da estrutura agrária no Nordeste coloca problemas grandes à mobilização indígena, chamando a atenção à extrema opressão à qual estão submetidos os povos desta região, frente ao poder dos proprietários.

Um indício importante, neste sentido, é fornecido pela Dra. Lygia Sigaud em trabalho recente sobre a violência contra trabalhadores rurais, e sua transformação em objeto de disputa para o movimento camponês. Trabalhando sobre dados da CONTAG, do Movimento dos Sem Terra e da Secretaria de Conflitos Agrários, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, acerca de assassinatos de trabalhadores no campo, Sigaud aponta:

"Essa violência, cujos efeitos se procurou aqui apontar tem sido registrada em todo o país, a julgar pelos relatos contidos nos levantamentos e pelos dados sobre assassinatos. Observa-se, no entanto, uma concentração considerável de violências com mortes (mais de 50%) em áreas de expansão da fronteira agrícola, como Pará, com 246 casos, Maranhão, com 121 casos, Bahia, com 87, Mato Grosso, com 59 casos, Goiás, com 57 casos e Minas com 51 casos. A única exceção é justamente Pernambuco, com 68 casos. Lá a violência está concentrada na região de ocupação mais antiga, a Zona da Mata, área onde ocorreram quase todos os assassinatos do ano de 1985. Se na fronteira, a violência atinge preferencialmente pequenos produtores sem título de propriedade (posseiros), na Zona da Mata ela atinge trabalhadores assalariados." (SIGAUD, 1986(b):9).

Trabalhando sobre o processo de singularização da violência, e sua constituição em objeto de luta, a autora enfatiza a importância da região em termos de mobilização política camponesa, onde em 1979 se realizou a primeira greve expressiva no campo, desde o período de 1964, data que marca, também, os crescentes registros sobre a violência, a qual se amplia independente das greves que voltariam a acontecer. Sobretudo, dado fundamental para esta proposta de trabalho, afirma que:

"A violência contra os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, tem atingido sobretudo as lideranças e excetuando-se as mortes, que têm sido contabilizadas, assume proporções que escapam até mesmo aos próprios dirigentes sindicais." (SIGAUD, 1986(b):14).

Estes elementos podem ser tomados como sugestivos para se pensar a questão da mobilização indígena no Nordeste no sentido de obterem o reconhecimento da sua indianidade bem como de suas terras, fortemente intrusadas na maioria das vezes, alguns casos surgindo já como relevantes à análise, como os

dos Tapeba de Caucaia (CE), dos Wassu (AL), dos Pankararê (BA) ou dos Potiguara (PB), cuja continuidade da análise deverá a contecer.

4. REALIZAÇÃO DO TRABALHO

Como se disse acima, a implementação dessa pesquisa pressupõe que a equipe fixa do projeto atue como capacitadora de outros elementos, provenientes da rede indigenista, que se disponham a realizar trabalhos de caráter etnográfico, demanda já sabidamente existente e não satisfeita pelos canais de formação de quadros disponíveis aos colaboradores. Isto seria feito através de dois mecanismos básicos.

O primeiro seria o recebimento de agentes envolvidos em trabalho indigenista de área, na qualidade de estagiários, por um período em torno de dois e três meses, em número não superior a dois por vez, repassando-lhes, através de programas especiais de estudo e acompanhamento, conteúdos da Antropologia no sentido de fundar uma observação etnográfica controlada que permita uma reflexão sistemática sobre o trabalho desenvolvido. Pensa-se, primordialmente, em conteúdos relativos à análise da estrutura social e da cultura de grupos indígenas, bem como para a análise política local. Em termos mais amplos seriam fornecidos, ainda, elementos relativos à organização de documentos, de significativa importância tanto para esta pesquisa como para a ação política desses agentes.

O segundo seria, através da realização de cursos de extensão (atividade tradicionalmente desenvolvida pelo Museu Nacional), e de seminários sobre temas específicos, abertos tanto à rede de colaboradores quanto ao público acadêmico — sobretudo à faixa de graduandos — vulgarizar alguns dos conhecimentos obtidos e pontos relativos às questões aqui abordadas.

De fato os dois mecanismos deveriam se cruzar compoⁿto um me^smo trabalho.

Paralelamente, dar-se-ia continuidade à formação, ao nível de pós-graduação, não só dos elementos já engajados na pesquisa como daqueles que poderão vir a se vincular ao es^forço da equipe por meio da formação regular no PPGAS atrav^ês, por tanto, de recursos outros que os aqui demandados.

Tais processos permitiram não apenas a vulgarização dos conhecimentos obtidos e sistematizados pela equipe do Pro^jeto, mas a própria constituição científica de uma problemáti^ca, atrav^ês das teses de mestrado e doutorado de seus membros, e de outros que venham a se engajar neste processo de reflexão intelectual, cumprindo ainda a função de repasse de informações à rede de colaboradores.

Em termos do que tem sido a preocupação do trabalho até o presente momento, isto é, a produção de uma sistemática de coleta de informações, e de instrumentos de pesquisa de cor^te nacional, como a listagem de terras indígenas, espera-se que o envio do material às áreas permita a troca de informações e o recebimento de documentação que deverá ser compulsada, inse^rrida em arquivo e computadorizada.

Neste sentido, a informatização do acervo é uma das primeiras tarefas a serem realizadas, de forma a permitir, co^mo dito acima, a produção de "dossiês" por área que, sob a for^ma de listagens alfabéticas, viabilizem o fornecimento de qual^quer informação básica demandada. Ela seria instrumental, tam^bém, para a realização de cronologias da FUNAI, já que se pre^tende poder resgatar todos os documentos atrav^ês das chamadas

mês e ano.

A coleta de informações específicas deverá se realizar, porém, voltada mais detidamente para as áreas aqui destacadas, o que demandará a realização de estudos de campo pela equipe do Projeto, a articulação de redes de informantes locais, implicando na realização de "surveys", em que se combinem não apenas técnicas de pesquisa próprias à Antropologia, mas também aquelas que têm sido empregadas de forma mais sistemática pela Sociologia. Será deste ângulo — do conhecimento local — que se produzirá, agora, a análise de políticas públicas a qual, restrita à análise do processo de regularização fundiária nesta primeira etapa, foi até aqui apreendida sob seus aspectos mais gerais.

5. CRONOGRAMA

Dada a natureza das propostas aqui formuladas não se pretende fechar um cronograma rígido para três anos de trabalho, o que significa, fatalmente, sua não realização. Assim, a idéia é estabelecer, semestralmente, cronogramas mais realistas que sirvam de fato à previsão das atividades a serem desenvolvidas e ao planejamento para uma produção integrada.

Para os primeiros seis meses de realização, supostamente a contar a partir de janeiro de 1987, estariam programadas tanto atividades de fechamento de processos de pesquisa iniciados dentro do presente projeto, como a conclusão de textos que venham a porventura ultrapassar o período de vigência desta dotação. Tal material deverá vir a ser publicado sob diversas formas ainda no mesmo semestre inicial do próximo ano, sendo sua atividade de edição um objetivo a ser alcançado no período.

Paralelamente, deverá ser concluído o envio do material para as áreas e, crê-se, iniciado o atendimento a possíveis consultas. Para tanto o processo de informatização do acervo deverá, também estar sendo efetuado, realizando-se, assim, os seus primeiros testes e correções à luz das necessidades concretas colocadas pela demanda de informações.

Ainda para o período, prevêem-se os primeiros passos na coleta de documentação e análise de ideologias e políticas públicas, encompassadores das grandes linhas dos desenvolvimentos propostos para a região, notadamente pensa-se em realizar um estudo sobre o discurso militar no que se refere à relação

entre índios e fronteiras territoriais.

Se estas são as atividades de antemão programadas, seu próprio desenvolvimento deverá determinar desdobramentos.

6. ORÇAMENTO

6.1 Salários

Os salários estão sendo calculados com base no tempo integral de Cz\$ 10.000,00, para o primeiro ano; Cz\$ 12.000,00, para o segundo; e Cz\$ 14.000,00, para o terceiro. Estão sendo pedidos seis tempos integrais. Estão sendo previstos décimos-terceiros salários. A taxa empregada para a conversão é a de 14,09.

. 1º ano:	$6 \times 10.000,00 \times 13 =$	$780.000,00 \div 14,09 =$	55.358,41
. 2º ano:	$6 \times 12.000,00 \times 13 =$	$936.000,00 \div 14,09 =$	66.430,09
. 3º ano:	$6 \times 14.000,00 \times 13 =$	$1.092.000,00 \div 14,09 =$	77.501,77
TOTAL:			US\$ 199.290.27

6.2 Equipamento

Inclui a compra de uma linha telefônica, instrumento de trabalho imprescindível para realização do atendimento, na medida da sobrecarga das linhas do PPGAS, e de uma máquina eletrônica de datilografia.

TOTAL:	US\$	10.000.00
--------	------	-----------

6.3 Material de Campo

Inclui xerox

TOTAL:	US\$	25.000.00
--------	------	-----------

6.4 Assistência Secretarial

Prevê a contratação de um(a) secretário(a) em tempo integral, ao salário de Cz\$ 7.000,00. para o primeiro ano; Cz\$ 9.000,00. para o segundo ano, e Cz\$ 11.000,00, para o terceiro ano.

. Primeiro ano:	7.000,00 x 13	=	91.000,00
. Segundo ano:	9.000,00 x 13	=	117.000,00
. Terceiro ano:	11.000,00 x 13	=	143.000,00
			351.000,00

Total em dólares (14,09): 24,911,28

A estes proventos lança-se US\$ 5.088,72 referentes a serviços de terceiros (datilografia extra, transcrição de fitas, etc.).

TOTAL	US\$	30,000.00
-------	------	-----------

6.5 Correio

TOTAL	US\$	10,000.00
-------	------	-----------

6.6 Viagens e Estadias

TOTAL	US\$	65,000.00
-------	------	-----------

6.7 Administração

Calculado como 10% do total dos gastos.	US\$	33,929.54
---	------	-----------

<u>TOTAL GERAL</u>	US\$	373,219.54
--------------------	------	------------

BIBLIOGRAFIA CITADA

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

1986 - I Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Nova República. 1986-1989. Projeto. Belém, Abril (citado como PDA).

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio

1986 - "Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas." Programa Calha Norte.

CEDI/CONAGE

1986 - Empresas de Mineração e terras indígenas na Amazônia. São Paulo.

GLUCKMAN, Max

1968 [1939] - Analysis of a social situation in modern Zululand. Manchester, Manchester University Press (The Rhodes - Livingstone Papers, 28).

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari & LIMA, Antonio Carlos de Souza

1986 - "Da 'transitoriedade do índio': considerações sobre proteção oficial aos Índios na Primeira República". Comunicação apresentada à XV Reunião da ABA. Curitiba, março.

LIMA, Antonio Carlos de Souza

1985 - "Aos Fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, MN/PPGAS.

OLIVEIRA, Humberto de, org.

1947 - Coletânea de leis e atos referentes ao indígena brasileiro. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. (Publicações da Comissão Rondon, 96).

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de

1986 - "O Nosso Governo": os Ticuna e o regime tutelar. Te
se de Doutorado. Rio de Janeiro, MN/PPGAS.

SIGAUD, Lygia M.

1986(a) - "Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos:
As Barragens de Sobradinho e Machadinho". Comunica
ção, Rio de Janeiro, MN/PPGAS, nº 9.

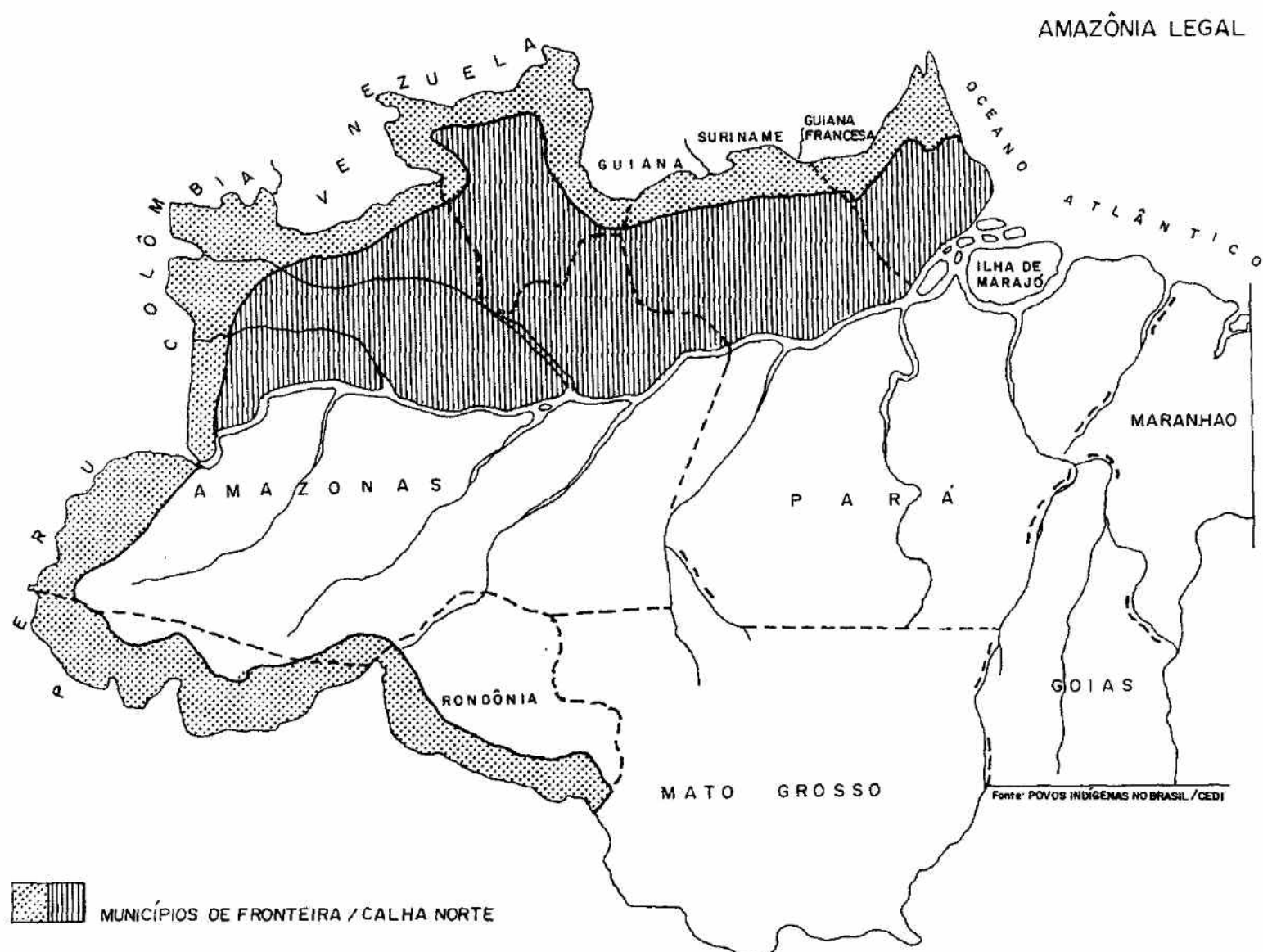
1986(b) - "Violência contra trabalhadores rurais: a duplica
ção da desigualdade". Trabalho apresentado por oca
sião da 38ª Reunião Anual da SBPC. Simpósio Violên
cia e Cidadania. Curitiba, julho.

VASCONCELOS, Vicente P.T.F., cel.

1939 - "Relatório do coronel-diretor do Serviço de Proteção
aos Índios ao Sr. Ministro da Agricultura no ano de
... ". Rio de Janeiro, SPI/MA. Microfilmado.

M A P A S

PDA: PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E PROGRAMA CALHA NORTE



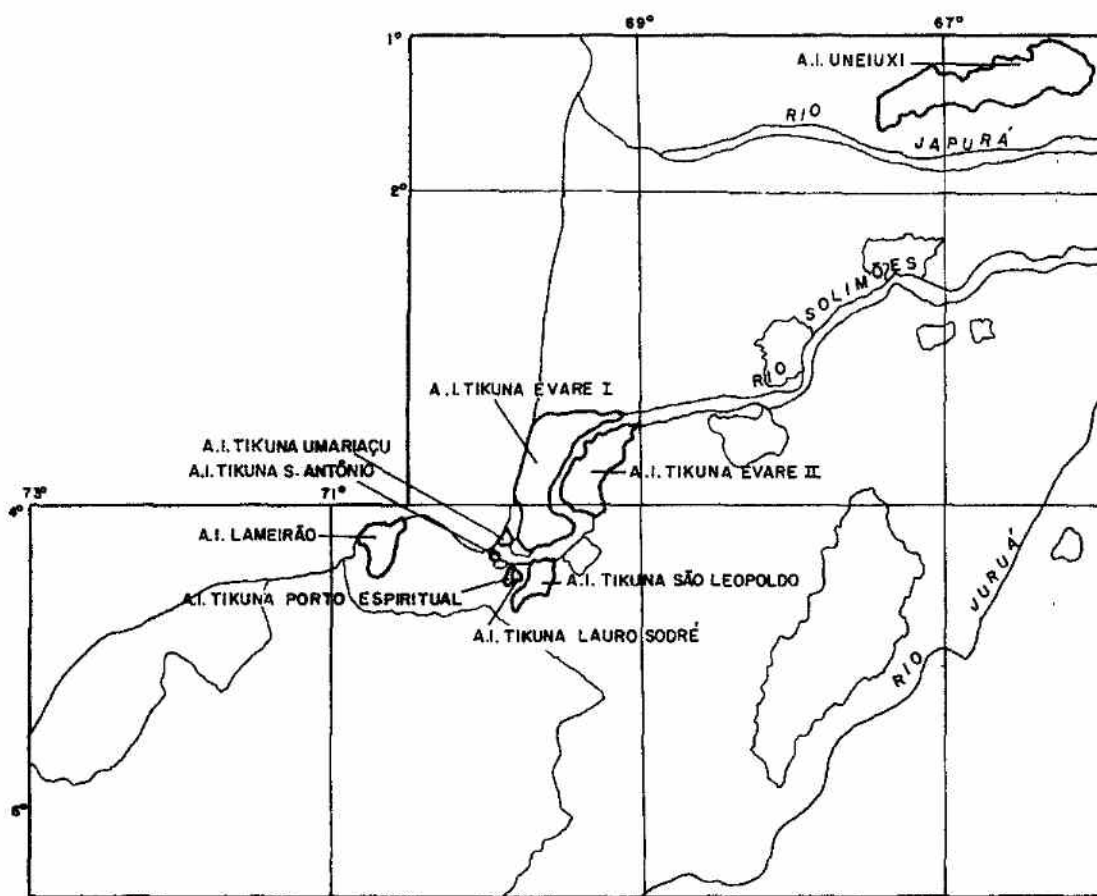
ACRE*

- (1) AI. Mamoadate
- (2) AI. Rio Iaco (a confirmar)
- (3) AI. Cabeceira do Rio Acre
- (4) AI. Colônia Vinte e Sete
- (5) AI. Ig. Caucho
- (6) Itamarati
- (7) AI. Kaxinawã do Rio Humaitã
- (8) AI. Kaxinawã do Rio Jordão
- (9) Pacujã
- (10) Timbaúba
- (11) Kampa do Rio Breu
- (12) AI. Katukina-Kaxinauã de Feijó
- (13) AI. Kaxinauã Nova Olinda
- (14) AI. Alto Rio Purus
- (15) AI. Kulina do Rio Envira
- (16) Liberdade
- (17) AI. Kulina do Ig. do Paú
- (18) AI. Porangaba
- (19) TPI. Kaxinauã do Rio Acurawã
- (20) AI. Rio Gregório
- (21) AI. Campinas
- (22) AI. Kampa do Rio Envira
- (23) AI. Kampa do Rio Amônea
- (24) AI. Poyanawa

* ACRE. Área do Levantamento dos Povos Indígenas do Brasil (CEDI). Não foram incluídas algumas áreas constantes na listagem (ver anexo), por serem de levantamento recente.

- 257 Arquivo
ISA
- (25) AI. Nuquini
 - (26) AI. Yaminawã
 - (27) AI. Yaminawã/Arara
 - (28) AI. Arara/Ig. Humaitã
 - (29) Querosene
 - (30) AI. Apurinã, BR-317, Km 124 (AM)
 - (31) AI. Boca do Acre (AM)
 - (32) AI. Apurinã do Ig. Peneri (AM)
 - (33) AI. Camicuã (AM)
 - (34) AI. Mariene (AM)
 - (35) AI. Mixiri (AM)
 - (36) Lagos Purus (AM)
 - (37) AI. Água Preta (AM)

ALTO SOLIMÕES



Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / CEDI

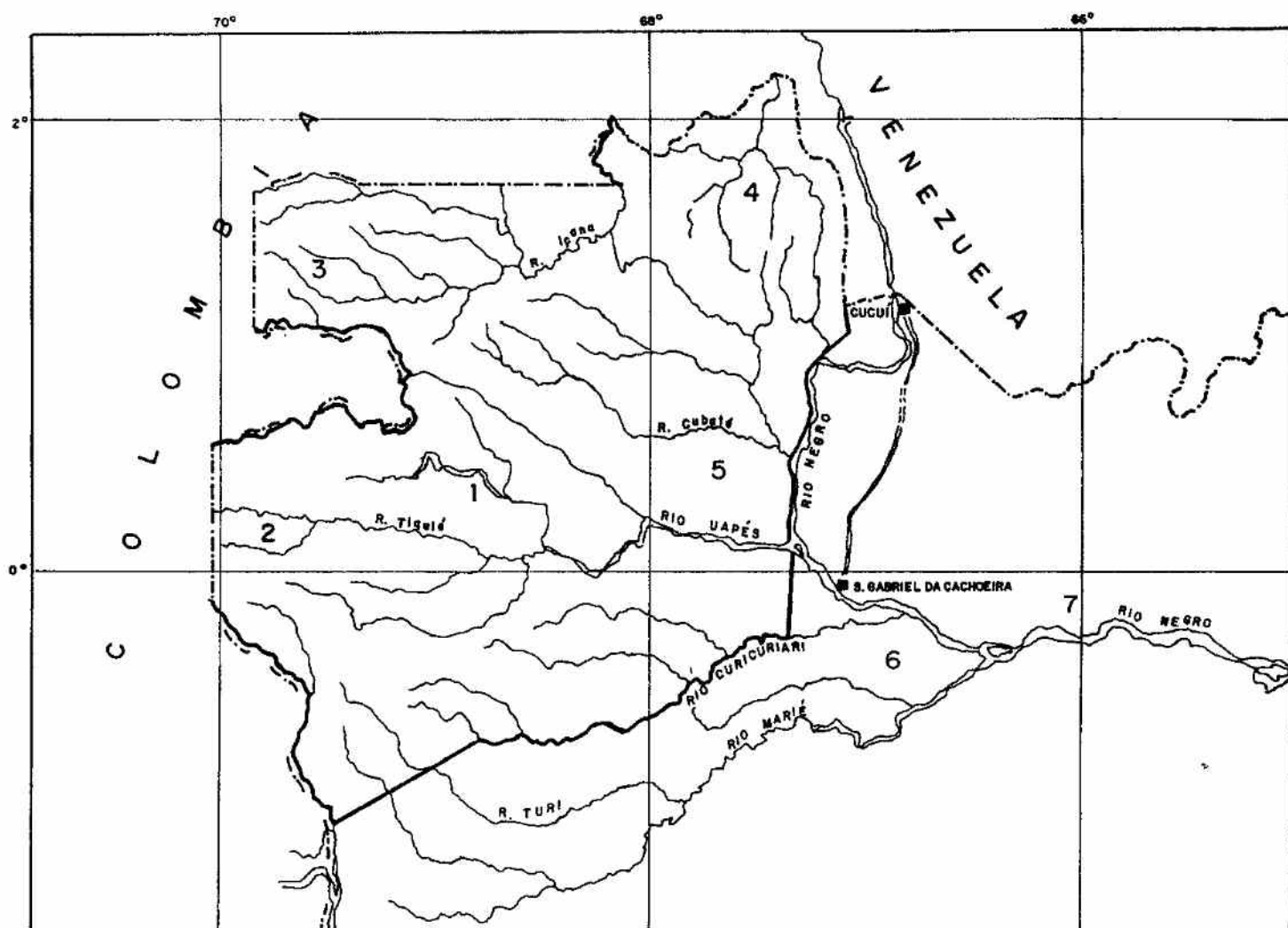
ÁREAS INDÍGENAS DO PROGRAMA DE APOIO A MUNICÍPIOS EM
ÁREA DE FRONTEIRA

NOROESTE AMAZÔNICO

- (1) AI. Iauaretê/AI. Taracuã *
- (2) AI. Pari Cachoeira *
- (3) AI. Içana/Aiari *
- (4) AI. Içana/Xiê *
- (5) AI. Cubate *
- (6) Kanã-Maku (dispersos)
- (7) AI. Marie

* Áreas que compõem a proposta da AI. Alto Rio Negro

NOROESTE AMAZÔNICO



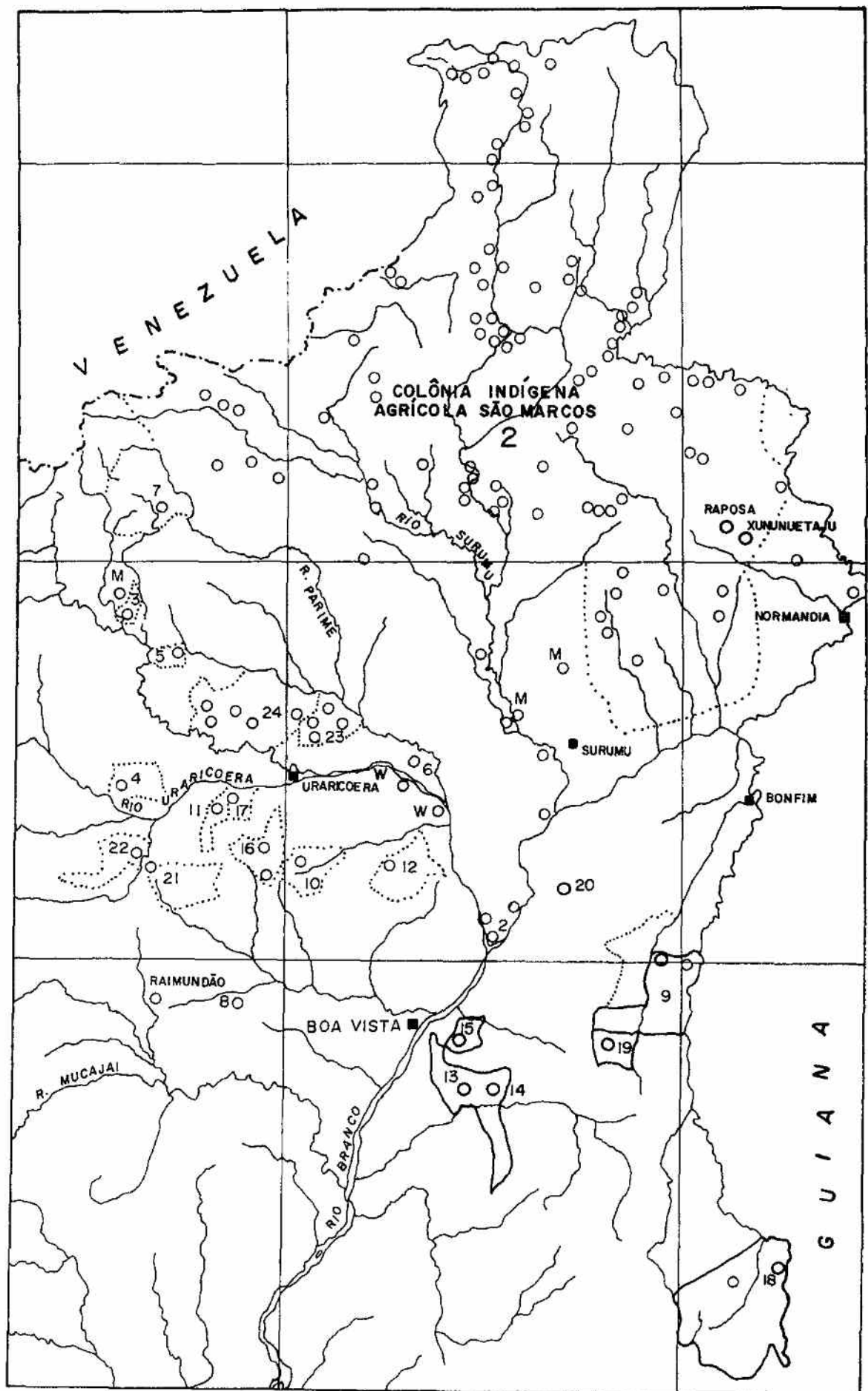
Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / CEDI

— ÁREAS INDÍGENAS DENTRO DO PROGRAMA DE APOIO A MUNICÍPIOS EM ÁREA DE FRONTEIRA.

RORAIMA I

- (1) Ingarikó (sem providência)
- (2) Fazenda S. Marcos
- (3) AI. Ananas
- (4) AI. Aningal
- (5) AI. Cajueiro
- (6) AI. Ouro
- (7) AI. Sta. Inês
- (8) AI. Sucuba
- (9) AI. Manoã-Pium
- (10) AI. Truaru
- (11) AI. Anta
- (12) AI. Serra da Moça
- (13) AI. Tabalascada
- (14) AI. Malacacheta
- (15) AI. Canauanim
- (16) AI. Barata
- (17) AI. Pium
- (18) AI. Jacamim
- (19) AI. Recanto da Saudade
- (20) AI. Jaboti
- (21) AI. Boqueirão
- (22) AI. Mangueira
- (23) AI. Ponta da Serra
- (24) AI. Araçã
- (25) AI. Bom Jesus

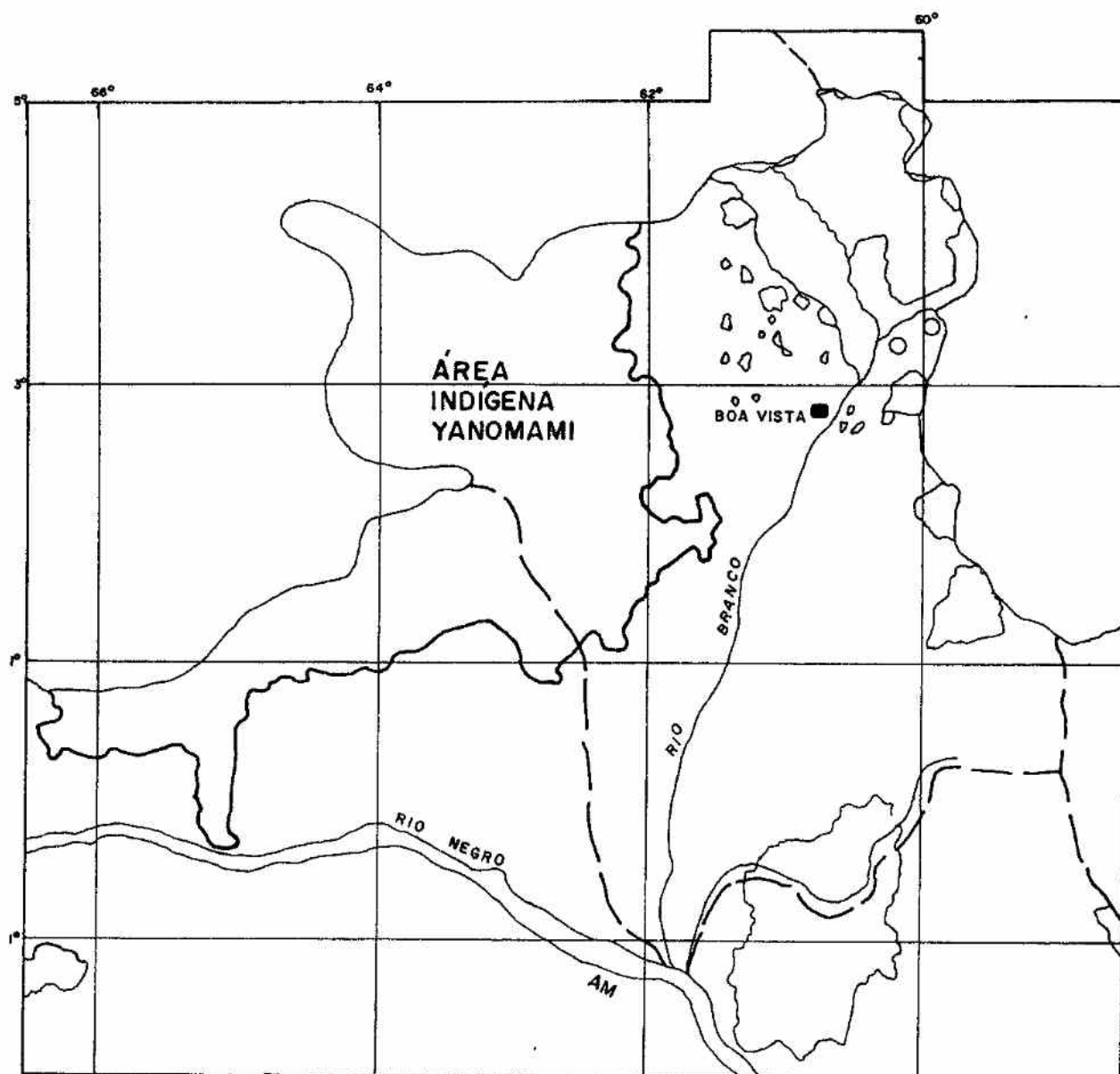
RORAIMA I



Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI

○. ÁREAS INDÍGENAS DO PROGRAMA DE APOIO A MUNICÍPIOS EM ÁREA DE FRONTEIRA.

RORAIMA II



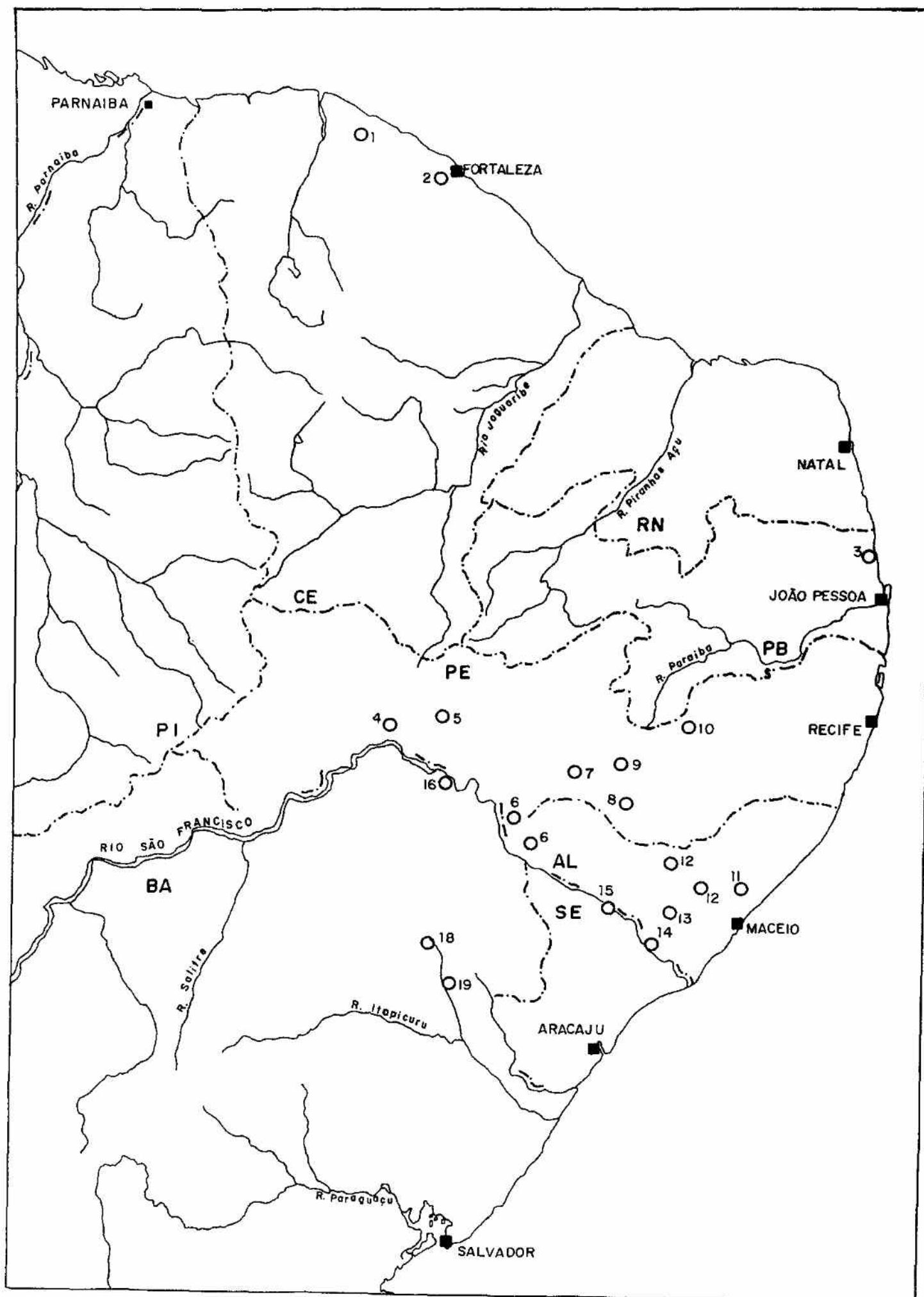
Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI

— ÁREAS INDÍGENAS DO PROGRAMA DE APOIO A MUNICÍPIOS EM ÁREA DE FRONTEIRA

NORDESTE*

- (1) Tremembé
- (2) Tapeba
- (3) AI. Potiguara
- (4) Trukã
- (5) AI. Atikum
- (6) AI. Pankararu
- (7) AI. Kambiwã
- (8) AI. Fulni-ô
- (9) AI. Kapinawã
- (10) AI. Xucurú
- (11) AI. Wassu-Cocal
- (12) AI. Mata da Cafurna
AI. Fazenda Canto
- (13) AI. Tingui-Botô
- (14) Kariri-Xocô
- (15) AI. Xocô da Ilha de São Pedro
- (16) AI. Rodelas
- (17) AI. Pankararé
- (18) AI. Massacarã
- (19) AI. Kiriri

* Não estão incluídas as áreas do Maranhão e Sul da Bahia.



0 - ÁREAS INDÍGENAS DO PROGRAMA DE APOIO A MUNICÍPIOS EM ÁREA DE FRONTEIRA.

Fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI

Q U A D R O S

Quadro I

MUNICÍPIOS EM ÁREA DE FRONTEIRA E ÁREAS INDÍGENAS INCIDENTES

AC/AM/RR

Município	UF	Terra Indígena
Assis Brasil	AC	AI Cabeceira do Rio Acre
Atalaia do Norte	AM	AI Vale do Javari AI Lameirão
Benjamim Constant	AM	AI Bom Intento AI Lauro Sodré AI Tikuna de Santo Antonio AI São Leopoldo AI Tikuna Porto Espiritual
Bonfim	RR	AI Bom Jesus AI Canaúanim AI Jaboti AI Jacamim AI Manoá/Pium AI Recando da Saudade
Cruzeiro do Sul	AC	AI Arara do Igarapé Humaitã AI Campinas AI Yaminawã AI Jaminawã do Igarapé Humaitã AI Yaminawa/Arara AI Icampa do Rio Amônia AI Kaxinawã do Rio Breu AI Kulina do Vale do Juruá Querosene
Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima	AC	AI Nuquini

Município	UF	Terra Indígena
Mâncio Lima	AC	AI Poyanawã
Iavarete, Japurã, São Gabriel da Cachoeira	AM	AI Pari-Cachoeira
Japurã	AM	Paraná Boa-Boa (Lago Jutai) AI Japurã Japurã/Jandiatuba (Arredios) AI Uneiuxi
Normandia	RR	AI Raposa/Serra do Sol
São Gabriel da Cachoeira	AM	Parque Ind. Yanomami
São Gabriel da Cachoeira e Iavaretê	AM	AI Taracuã/Uaupes AI Cubatê
Tabatinga	AM	AI Umariçu

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Quadro II

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 01

Região Nordeste <MA>

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF	A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
ICORPATI (TINGUI)	ICT:AI CARAPOTO	SITIO TERRA NOVA/COROPATI/SI - TIO TERRA NOVA	ISEN PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	SAO SEBASTIAO	AL	01	0.00	800	CIMI:84 +
IXUCURU-KARIRI	IXC:AI FAZENDA CANTO		DOMINIAL INDIGENA. REG. EM CARTORIO. REG.EM CARTORIO 2o.DF COMARCA DE PALMEIRA DOS IN- DIOS - LIVRO 3-H FLS 183/189 SDD No.5410 EM 08.06.52.	PALMEIRA DOS INDIOS	AL	01	276.50	01	+++
IPANVARARU-GERIPANCO	IPU:AI JIRIPANCO	AI JIRIPANCON DE AGUA BRANCA/ AI GERIPANCO	ISEN PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	AGUA BRANCA	AL	01	0.00	500	FUNAI:85 *
ICARIRI-XOCO	ICI:AI KARIRI-XOCO		IDENTIFICADA. PORT. No.1765/E DE 18.09.84 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.	PORTO REAL DO COLE-	AL	01	628.00	1062	FUNAI:85 *
IXUCURU-KARIRI	IXC:AI NATA DA CAFURNA		DOMINIAL INDIGENA. REG. EM CARTORIO. REG.NO CRI DE PALMEIRA DOS INDIOS, MAT. No. IR13149. LIVRO 2/N, FOLHA 177 EM 23/02/81.	PALMEIRA DOS INDIOS	AL	01	117.00	01	+++
ITINGUI-BOTO	ITI:AI TINGUI-BOTO	OLHO D'AGUA DO MEIO + BOA CICA AI TINGUI	DOMINIAL INDIGENA. REG.EM CARTORIO. REG.NO CRI/FEIRA GRANDE DE 2 INOVEIS: MAT. No. IR3-308, LIVRO 2B, FL. 08V, EM 04.09.84. MAT. No. IR3-532, LIVRO 2B, FL. 232V DE 04.09.84.	FEIRA GRANDE E OLHO D'AGUA DO MEIO	AL	01	0.00	800	CIMI:83
IMASSU	IMU:AI MASSU-COCAL	AI COCAL	DELIMITADA. DEC.No.93331 DE 02/10/86 DECLARA DE OCUPACAO DOS INDIGENAS.	JOAQUIM GOMES	AL	01	2788.00	789	FUNAI:84
IPATAXO	IPA:AI AGUAS BELAS		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PLANTA DE DELIMITACAO DE 17/07/85.	PRADO	BA	05	250.00	01	
IPATAXO	IPA:AI BARRA VELHA		DELIMITADA. PORT. No.1393/E DE 01.09.82 (DOU 16/09/82) DECL- ARA POSSE PERMANENTE DOS SILVICOLAS.	PORTO SEGURO	BA	05	8627.00	1682	FUNAI:84
IPATAXO	IPA:AI COROA VERMELHA		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. MEMO.DESCRITIVO DE DELIMITACAO DE 25/05/85. PORT. 11922/E DE 08/85.P/ IDENT. E LEV.OCUPACIONAL. PORT. 11974/E DE 14.11.85 P/LEV.FUNDIARIO.	SANTA CRUZ DE CABRA-	BA	05	1450.00	01	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 02

POVO	COO. TERRA INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF	A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
PATAXO	IPA:AI INHIRIBA		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT. No.1974/E DE 14.11.85 P/ IDENTIF., DELIMITACAO E LEV. FUNDIARIO. MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITACAO DE 25.04.85.	PORTO SEGURO	BA	05	845.00	0	
KIRIRI	QI:AI KIRIRI	AI KIRIRI DO MIRANDELA	IDENTIFICADA. EM APECIACAO GTI (P/DELIM.) REMETIDA AO GTI PELO MEMORIAL 052/85 FUNAI.	RIBEIRA DO POBON	BA	01	12300.00	1800	CIMI:83
KAIMBE	KI:AI MASSACAPA		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT.No.1528/E DE 19/07/83 P/ LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO.	EUCLIDES DA CUNHA	BA	01	5400.00	1100	ANAI/BA:81
PATAXO	IPA:AI MATA REDONHA		IDENTIFICADA. PORT.No.1922/E DE 12/09/85 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL (OBS: HA UM PROCESSO DE DEMARCACAO ANTERIOR)	SANTA CRUZ DA CABRA	BA	05	400.00	0	
PANKARARE	PE:AI PANKARARE	AI PANKARARE DO BREJO DO BURGO	IDENTIFICADA. EM APECIACAO GTI(P/DELIM.) PROCESSO FUNAI/BSB/0302/85. (JUNHO/86) MEMO.052/85.	NOVA GLORIA	BA	01	30522.00	1900	ANAI/BA:81
PATAXO HA-HA-HAE/PATAXO	PH:AI PARAGUASSU/CARA- PA:AI MURU	AI PARAGUASSU/AI CARAKURU/PARA- GUASSU	DEMARCADA/SPI. 1937.	PAU BRASIL/ITAJU DA COLONIA/ITABUNA	BA	05	36000.00	834	FUNAI:84
TUXA	TF:AI RODELAS		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR. PORT. No.1944 DE 02.10.85. ENTENDIMENTO COM A ICHEF P/ INUNDACAO DA AREA.	RODELAS E ITACURUBA	BA	01	0.00	660	FUNAI:84
PANKARARU	PU:AI VARGEM ALEGRE		IDENTIFICADA. 1985.	BOH JESUS DA LAPA	PA	01	1000.00	0	
TRUKA	TQ:AI NOSSA SRA.DE AS- SUNCAO	TRUKA DA ILHA DE ASSUNCAO AI TRUKA	IDENTIFICADA. PLANTA DE IDENTIFICACAO 31/08/84.	CURUCA/CABROBO	BA	01	1650.00	826	FUNAI:85
TAPEBA	TB:AI TAPEBA	TAPEBA DE CAUCAIA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	CAUCAIA	CE	01	0.00	2000	E.M.ROLA:86 ++
TREMENBE	TZ:AI TREMENBE		SEM PROVIDENCIA.		CE	01	0.00	0	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 03

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
PANKARARU	PU:AI PANKARARU		IDENTIFICADA. EM APRECIACAO GTI (P/DELM.). PROCESSO FUNAI/BSB/2275/80. MEMO. 004/86.	TACARATU/PETROLANDIA	PE:0L	14294.00	3509	FUNAI:85 *
				E AGUA BRANCA	AL			
POTIGUARA	PO:AI POTIGUARA		DELIMITADA. DECRETO No. 89256 DE 28/12/83, DECLARA DE OCUPACAO DOS SILVICOLAS.	BAIA DA TRAIACAO/RIO TINTO E MANANGUAPE	PB:0L	20820.00	4407	FUNAI: 85*
ATIKUM	AZ:AI ATIKUM		IDENTIFICADA. PORT.No.1647/E DE 05/06/84 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO FUNDIARIO.	FLORESTA	PE:0L	10000.00	3502	FUNAI:85 *
FULNI-O	FU:AI FULNI-O		DOMINIAL INDIGENA. AVIETADA PELA FUNAI. AREA CORRESPONDENTE A 427 LOTES DE 30 HA CADA, DISTRIBUIDOS ENTRE AS FAMILIAS EM 1926. A FUNAI CONSIDERA DEMARCADA NO RELATORIO 1985.	AGUAS BELAS, ITAIBA	PE:0L	11500.00	2774	FUNAI:85 *
KAMBIWA	KW:AI KAMBIWA	KAMBIOA	IDENTIFICADA. 1978	INAJA	PE:0L	0.00	501	FUNAI:85 *
KAPINAWA	KW:AI KAPINAWA	KAPINAWA	IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELM.). PARECER No.058/85 (EM ANALISE PELO GTI JULHO/86).	BUIQUE E TAPANATINGA	PE:0L	12260.00	322	FUNAI:85 *
XUCURU/XUCURU-KARIRI	XU:AI XUCURU XC:		DEMARCADA/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT.P/ IDENTIFICACAO DE 1985.	PESQUEIRA	PE:0L	14.00	3428	FUNAI:85 *

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Quadro III

Por Ordem de Estado 24/10/86

pagina 01

Acre, Amazonas e Paraima

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./ha	POPUL.	FONTE:DATA
IPAPAYO	IPV: ALTO ENVIRA/ALTO ISOLADOS		ISEM PROVIDENCIA.	FEIJO	AC:OM	0.00	0	
	ITARAUA							
IKAXINAWA/KULINA	IKX:AI ALTO RIO PURUS		IDENTIFICADA.	MANOEL URBANO	AC:OM	26500.00	700	FUNAI:85
	IKV:		PROCESSO FUNAI/BSB/3279/77. PLANTA DE DELIMITACAO DE 17/01/83.					
IRARA DO ACRE	IRAI ARARA/IGARAPE	IRARA/SERINGAL/RIOZINHO CRUZEIRO DO VALE	IDENTIFICADA.	CRUZEIRO DO SUL	AC:OM	27700.00	100	FUNAI:85
	IRUMAITA		PLANTA DE DELIMITACAO 02/05/84. PORT. No. 1829/E DE 04/02/85 P/IDENT. E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.					
IMACHINERI/JAMINAWA	IMX:AI CABECEIRA DO RIO/RIO IACO		ISEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	SENA MADUREIRA, AS	AC:OM	0.00	120	CPI/AC:81-83
	IMJ: ACRE			SIS BRASIL				
IKATUXINA	IKC:AI CAMPINAS	IAI RIO CAMPINAS/IAI KATUXINA DO RIO CAMPINAS	DELIMITADA.	CRUZEIRO DO SUL E	AC:OM	28862.00	90	FUNAI:85
			DEC. No. 92014 DE 28.11.85. DECLARA DE OCUPACAO DE SILVICOLAS. (DOU 29/11/85)	ITARAUA				
IKAXINAWA	IKX:AI COLONIA VINTE E SETE	IAI KAXINAWA DA COL. VINTE SETE/IAI COLONIA	IDENTIFICADA.	ITARAUA	AC:OM	105.00	60	FUNAI:85
			PORT. No. 1548/E DE 11/06/84 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.					
IKULINA	IKV: IG. PARANAZINHO	ISOLADOS	ISEM PROVIDENCIA.	FEIJO	AC:OM	0.00	0	
IAUANAU	IAI IG. RIOZINHO	ISOLADOS	ISEM PROVIDENCIA.		AC:OM	0.00	0	
IKAXINAWA	IKX:AI IGARAPE CAUCHO	IKAXINAWA DO IG. DO CAUCHO/IGARAPE DO CAUCHO	DELIMITADA.	ITARAUA	AC:OM	9540.00	250	FUNAI:85
			DEC. No. 93071 DE 06.08.86 (DOU 07.08.86) DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA.					
ITARAUA	ITUC: IGAPAPE EMBUIA	ISOLADOS	ISEM PROVIDENCIA.		AC:OM	0.00	0	
IKAXINAWA	IKX: ITAMARATI		ISEM PROVIDENCIA.	ITARAUA	AC:OM	0.00	24	CPI/AC:81-83

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 02

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF	A.L. EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
JANINAWA	JW:AI JANINAWA DO IGA- TRAPE HUMAITA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR	CRUZEIRO DO SUL	AC:0M	0.00	68:CPI/AC:81-83	
KANPA	KP:AI KANPA DO RIO AMONEA		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT. No.1815/E DE 09.01.85 P/IDENTIFICACAO E LE- VANTAMENTO OCUPACIONAL. PLANTA DE DELIMITACAO D: E24.04.85.	CRUZEIRO DO SUL	AC:0M	91200.00	256:FUNAI:85	
KANPA	KP:AI KANPA DO RIO EM- IVIRA	IGARAPE CHIMANE	IDENTIFICADA. PLANTA DE IDENTIFICACAO 13.12.83.	FEIJO	AC:0M	238400.00	68:FUNAI:85	
KANPA	KP: KANPA DO RIO BREU		SEM PROVIDENCIA.		AC:0M	0.00	58:CPI/AC:81-83	
KAXINAWA/KANPA	KX:AI KAXINAWA DO RIO KP: BREU	RIO BREU	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	CRUZEIRO DO SUL	AC:0M	0.00	90:CPI/AC:81-83	
KAXINAWA.YANPA	KX:AI KAXINAWA DO RIO KP:HUMAITA	ARARA DO RIOZINHO HUMAITA	DELIMITADA. DEC. No. 89645 DE 10.12.84. DECLARA DE OCUPACAO: INDIGENA. (DOU 11/12/84)	FEIJO	AC:0M	125000.00	258:FUNAI:85	
KAXINAWA	KX:AI KAXINAWA DO RIO JORDAO	AI RIO JORDAO	DELIMITADA. DEC. No.89644 DE 10.12.84. DECLARA DE OCUPACAO: INDIGENA. (DOU 11/12/84)	TARAUACA	AC:0M	92000.00	800:FUNAI:85	
KAXINAWA	KX:AI KAXINAWA NOVA OLINDA	AI KAXINAWA DA ALDEIA NOVA OLI HDA/PACUJA	DEMARCADAS. DEC. No.93142 DE 20/09/86 (DOU 21/09/86) DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA.	FEIJO	AC:0M	32150.00	253:FUNAI:85	
KULINA	KV:AI KULINA DO IG. DO PAU	AI KULINA/LIBERDADE	IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PLANTA DE IDENTIFICACAO 20.12.83	FEIJO	AC:0M	14400.00	76:FUNAI:85	
KULINA/KAXINAWA	KV:AI KULINA DO RIO KXIENVIRA		DELIMITADA. DEC. No. 93141 DE 20.08.86 (DOU 21.08.86) DECLARA: DE OCUPACAO INDIGENA.	FEIJO	AC:0M	58600.00	230:FUNAI:85	
PAPURINA	AP: LAGOS PURUS	DISPERSOS	SEM PROVIDENCIA.		AC:0M	0.00	0	
KULINA	KV: LIBERDADE		SEM PROVIDENCIA.		AC:0M	0.00	16:CPI/AC:81-83	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Por Ordem de Estado 24/10/86

pagina 03

POVO	COD. TERRA-INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
MACHINERI/JAHINAWA	MX:AI HANODATE		DELIMITADA.	SENA MADUREIRA	AC:OM:	328160.00	330	FUNAI:85
	JW:		DEC. No.92013 DE 28/11/85. DECLARA DE OCUPACAO					
			DOS INDIGENAS. (DOU 29/11/85)					
MUMUINI	MQ:AI MUXINI		IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELIM.)	MANCIO LIMA E CRUZEIRO DO SUL	AC:OM:	30900.00	230	FUNAI:85
			PARECER No.047 DE 17/12/85.					
KAXINAWA	KX:AI PACUJA		ISEN PROVIDENCIA.	TARAUACA	AC:OM:	0.00	15	CPI/AC:81-83
KULIMA	KV:AI PORANGABA	PORANGA	ISEN PROVIDENCIA.	FEIJO	AC:OM:	0.00	41	CPI/AC:81-83
POYANAWA	PM:AI POYANAWA	RIO MOA	IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELIM.)	MANCIO LIMA	AC:OM:	19987.00	300	FUNAI:85
			PARECER No. 045/85 DE 28/10/85.					
ARARA DO ACRE	AC:AI GUEROSENE		ISEN PROVIDENCIA.	CRUZEIRO DO SUL	AC:OM:	0.00	55	CPI/AC:81-83
KATUKINA/KANANAWA/YAHINAWA	KC:AI RIO GREGORIO		DEMARCADA.	TARAUACA	AC:OM:	92859.00	386	FUNAI:86
	KH:		DEC. No.89257 DE 28.12.83.					
	YI:							
KAXINAWA	KX:AI TIMBAUBA		ISEN PROVIDENCIA.	TARAUACA	AC:OM:	0.00	55	CPI/AC:81-83
YAHINAWA	YI:AI YAHINAWA	JAHINAWA	IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI.	CRUZEIRO DO SUL	AC:OM:	23117.00	60	FUNAI:85
			PORT. 1619/E DE 30/01/84 P/ DEFINICAO DE AREA.					
			PLANTA DE IDENTIFICACAO 30/04/84.					
ARARA DO ACRE	AC:AI YAHINAWA/ARARA	SERINGAL BAJE	IDENTIFICADA.	CRUZEIRO DO SUL	AC:OM:	60000.00	22	CPI/AC:81-83
			PORT. No.1929/E DE 04.02.85 P/IDENTIFICACAO E LE-					
			VANTAGEM OCUACIONAL.					
KATUKINA/YAHINAWA	KC:AI KATUKINA E KAXI-IAI KATUKINA E KAXINAWA/ICARA-		DELIMITADA.	FEIJO E ENVIRA	AC:OM:	17750.00	695	FUNAI:85
	KX:INAWA DE FEIJO	SPE PARDA	DEC. No.89488 DE 29.03.84. DECLARA DE OCUPACAO		An:			
			DOS SILVICOLAS. (DOU 30/03/84)					
KAXINAWA	KX:TP KAXINAWA DO RIO		ISEN PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	TARAUACA, ENVIRA	AC:OM:	0.00	0	
	ACURAWA				An:			

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 04

POVO	COD. TERRA INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
KULINA	KVIAI KULINA DO VALE DO JURUA	AI VALE DO JURUA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	CRUZEIRO DO SUL, JUPIXUNA	AC:06: AM:	0.00:	466:	CINI/OPAN:83
APURINA	AP: AGUA PRETA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	PAUINI	AM:08:	0.00:	35:	CPI/AC:81-83
APURINA	APIAI ALTO SEPATINI		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LASREA	AM:06:	0.00:	0:	
SATERE-PAUE	SMIAI ANDIRA-MARAU		DEMARcada. DEC. No. 93069 DE 06/08/86 HOMOLOGA A DEMARCA- CAO. DOU DE 07/08/86.	MAUES, BARREIRINHA, PA: RINTINTINS, ITAITUBA	AM:08:	788576.39:	4650:	FUNAI:84
APURINA	APIAI APURINA	APURINA DISPERSOS	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:06:	0.00:	0:	*
APURINA	APIAI APURINA BR 317, KM.124		IDENTIFICADA. PORT. No.1309/E DE 13.07.82 P/ ELEICAO DA AREA. PLANTA DE DELIMITACAO DE 10/01/83.	BOCA DO ACRE E LA- BREA	AM:08:	33400.00:	103:	FUNAI:85
APURINA	APIAI APURINA DO IG. PENERI	AI PENERI/TACAQUERI	IDENTIFICADA. PLANTA DE IDENTIFICACAO DE 06/12/83	PAUINI	AM:08:	112000.00:	337:	FUNAI:84
APURINA	APIAI APURINA DO IG. SAG JOAO		IDENTIFICADA. EM APRECIACAO GTI (P/DELIN.) PARECER GTI N. 067/85.	TAPAUA	AM:06:	15050.00:	0:	*
APURINA	APIAI APURINA DO IG. TAMANTIRIM		DELIMITADA. EM DEMARCACAO P/ FUNAI. DEC. No.93066 DE 06.08.86 DECLARA DE OCUPACAO IN- DIGENA.(DOU 07.08.86).	TAPAUA	AM:06:	84250.00:	119:	MIRAD:85 *
APURINA/CATAUXI	APIAI APURINA-CATAUXI CXI	CATAUXI	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:06:	0.00:	103:	FUNAI:85
APURINA	APITP APURINA-SEPATINI		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	PAUINI	AM:06:	0.00:	0:	*
APURINA	APITP APURINA-SERUINI	TPI SERUINI	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	PAUINI	AM:06:	0.00:	0:	
	AI BANUA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.		AM:	0.00:	0:	
TICUNA	TCIAI BETANIA	IG.PATIA (AREA I E AREA II)	IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELIN.) PARECER No.076 DE 01.10.85.	SANTO ANTONIO DO ICA:	AM:06:	121000.00:	1387:	*

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

Pagina 05

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
!MURA	!MH:AI BOA VISTA	!TPI AUTAZES	!DEMARCADASPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. !PORT. No. 1816/E DE 08.01.85. P/ IDENTIFICACAO, !REF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	!CAREIRO	!AM:0H	230.00	01*	
!APURINA	!AP:AI BOCA DO ACRE	!AI BOCA DO ACRE KM.45/AI BOCA DO ACRE I	!DELIMITADA. !DEC. No.92645 DE 13/05/86 DECLARA DE OCUPACAO DOS:ACRE !SILVICOLAS. (DOU 14/05/86)	!LABREA E BOCA DO	!AM:0H	26167.00	85!FUNAI:85	
!TICUNA	!TC:AI BOM INTENTO	!AI TICUNA DO BOM INTENTO/AI S. ANTONIO II	!DELIMITADA. !DEC. No.92555 DE 15.04.86.DECLARA DE OCUPACAO IN- !DIGENA.(DOU 16/04/86)	!BENJAMIM CONSTANT	!AM:0E	700.00	1331*	
!KULINA	!KV:AI CACAU DO TARAUA !ICA		!DELIMITADA. !DEC. No.93146 DE 20/08/86 (DOU 21/08/86) DECLARA: !DE OCUPACAO INDIGENA. EM DEMARCAÇÃO.	!ENVIRA	!AM:0G	24850.00	81!FUNAI:85	
!MAHORIA/PAUMARI/DENI(JAMARAI)	!AP:AI CAITETU !TM: !DE:	!APURINA DO IG.CAITETU/MAHORIA- !ZINHO	!DELIMITADA. !DEC.No.93072 DE 06/08/86 (DOU 07/08/86) DECLARA !DE OCUPACAO INDIGENA.	!LABREA	!AM:0G	332050.00	415!DAL POZ:85 **	
!AFUPINA	!AP:AI CAMICUA	!AI KAMICUA	!DEMARCADASPI. C/ PARECER GTI (P/DEM.) !PORT. No.1410/E DE 15.09.82.DECLARA DE POSSE PER- !MANENTE. PARECER No.098/86 DE 12.03.86 (P/ HOMOLO- !GACAO).	!BOCA DO ACRE	!AM:0H	58519.60	345!FUNAI:85	
!MURA	!MH:AI CAPIVARA	!TPI AUTAZES	!DEMARCADASPI. EM REDEFINICAO PELA FUNAI. !PORT. No.1816/E DE 08.01.85 P/ IDENTIFICACAO, DEF: !L. LIMITES E LEV. FUNDIARIO. PLANTA DE DELIMITACAO: !011/04/85.	!AUTAZES	!AM:0H	650.00	01*	
!MUNDURUKU	!MU:AI COATA-LARANJAL		!DELIMITADA. C/PARECER GTI (P/DEM.) !PORT. No.1425/E DE 24/09/82. DECLARA DE POSSE PER: !MANENTE. PARECER GTI 024/84 DE 04/07/84.	!AXINIM, BORBA	!AM:0H	805000.00	1460!FUNAI:83	
!SANIWA/KURIPAKO/WANANO/KUBEO/ !WAREKENA	!BW:AI CUBATE !QB: !MN: !QB:	!(WQ) ALTO RIO NEGRO	!IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. !PROPOSTA DE DELIMITACAO DE 05/09/85. FUNAI/BSB/ !1864/85.	!S.GABRIEL CACHOEIRA/ !IAUARETE/BITENCOURT	!AM:0A	1023000.00	01*	
!MURA	!MH:AI CUIA	!TPI AUTAZES	!DEMARCADASPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. !PORT.No.1816 DE 08/01/85.P/ IDENTIFICACAO,DEF.LI- !MITES E LEV.FUNDIARIO. PLANTA DE DELIMITACAO D: !E30/04/85.	!AUTAZES	!AM:0H	1150.00	01*	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 06

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L. EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
MURA	MM:AI CUNHA	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/PI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No.1816 DE 08.01.85 PARA IDENTIFICACAO, DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H: 0.00	0:*	
DENI (JAHAMADI/KULINA)	DE:AI DENI KV:	AI DENI DO RIO XERUA, CUNHOA E MAMORIA	IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT. No.1813/E DE 07/01/85 P/ IDENTIFICACAO, LE- VANTAMENTO OCUPACIONAL E LEVANTAMENTO FUNDIARIO.	TAPAU E ITAHARATI	AM:0G: 998400.00	450:FUNAI:85	
TEHARIM	TH: ESTIRAO GRANDE	RIO MARMELOS	SEM PROVIDENCIA	AUXILIADORA	AM:0H: 0.00	19:MEENDES:85	
TICUNA	TC:AI ESTRELA DA PAZ		DELIMITADA. PORT. No.1428/E DE 28/09/82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	JUTAI	AM:0E: 16300.00	80:*	
TICUNA	TC:AI EVARE I	AI TIKUNA MARG.ESQ.SOLINHOES/AI TICUNA B.UNIAO	IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELM.) PARECER No.071 DE 26/09/85.	S.PAULO DE OLIVENCA	AM:0E: 596000.00	6000:*	
TICUNA	TC:AI EVARE II		IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELM.) PARECER No.070 DE 26/09/85.	S.PAULO DE OLIVENCA	AM:0E: 165000.00	1230:*	
MURA	MM:AI FELICIDADE	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/PI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT.No.1816/E DE 08/01/85.P/ IDENTIFICACAO, DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO. PLANTA DE DELIMITACAO D: 15/05/85.	AUTAZES	AM:0H: 170.00	0:*	
AFURINA/PAUMARI/KATUKINA	AP:AI Foz DO TAPAU PM: KC:	RIO TAPAU	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	TAPAU	AM:0G: 0.00	290:FUNAI:85	
MURA	MM:AI GAVIAO	AI JABUTI-CARRAPATO/TPI AUTA - ZES.	DEMARCADAS/PI. EM AVIENTACAO. PORT. No.1816/E DE 08/01/85 P/ IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO. PLANTA DE DELIMITACAO: 25/04/85.	CAREIRO	AM:0H: 7980.00	0:*	
MURA	MM:AI GUAPENU	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/PI. EM AVIENTACAO. PORT.No.1816/E DE 08/01/85 P/ IDENTIFICACAO, DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H: 2450.00	0:*	
TIPIANDI/TUKANO/PIRATAPUTA/ BEC. HANAU/DESANDI/TU:UKA/ M:U:RUP (DE)/ARAPACU/KARAPANA/PP/ DEUVANA	TR:AI IAUARETE TK: PP: QB:	YAUARETE/ALTO RIO NEGRO WHDSTHHACKKV	IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PROPOSTA DE DELIMITACAO DE 05/09/85. FUNAI/BSB/ 1864/85.	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM:0A: 990000.00	3919:M.SALESIANA: 84	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 07

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
ISANIWA/KURIPAKO/WANANO/KUBE/ DESANO	ISW:AI ICANA-AIARI :GP: :UN: :GB:	:(CONT.COD.:OS) ALTO RIO NEGRO	:DELIMITADA. :PORT.No.548/N DE 29/01/79. DECLARA AREA DE OCUPA- :CAO INDIGENA.DELIMITACAO PROPOSTA EM 05/09/85/BSB/ :/1864/85.	SAO GABRIEL DA CA- CHOEIRA	AM:0A	896000.00:	01:	
ISANIWA/WAREKENA/BARE	ISW:AI ICANA-XIE :WQ: :BE:	:ALTO RIO NEGRO	:IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. :DELIMITACAO PROPOSTA EM 05/09/85. FUNAI/BSB/ :1864/85.	SAO GABRIEL DA CA- CHOEIRA	AM:0A	400000.00:	01:	
ISANAWA-YAFI	:BY: IGARAPE BANAWA :RIO PIRANHAS	:ISOLADOS RIO PURUS	:SEM PROVIDENCIA.	LABREA	AM:0G	0.00:	0:	
ISENI (JANAMADI)	:DE:AI IGARAPE CAMPANA :	:AI IGARAPE KAPANA	:SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	BOCA DO ACRE	AM:0G	0.00:	0:	
ICAMSEBA	:CB:AI IGARAPE GRANDE : :AI IGARAPE PATIA	:JAQUIRI	:IDENTIFICADA. :PLANTA DE DELIMITACAO DE 07.01.83 : :SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	ALVARAES SANTO ANTONIO DO ICA:	AM:0E AM:	400.00: 0.00:	50: 0:	BARBOSA:85
ITENHARIN	:TN:AI IGARAPE PRETO : :	:TENHARIN IGARAPE PRETO	:IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. :PORT. No.1839/E DE 05.03.85 P/LEVANTAMENTO OCUPA- :CIONAL E DEFINICAO DE LIMITES.	MANICORE	AM:0H	79500.00:	54:	MENENDES:85
ITICUNA	:TC:AI ILHA DO CANALEAO: :		:SEM PROVIDENCIAS. A IDENTIFICAR.	ANORI	AM:0E	0.00:	0:	
ISATERE-MAUE/NAIMIKI	:SM:AI ILHA JACARE XI- :NI:PACA :		:DEMARCADAS/SP. :FUNAI DESTINA AOS INDIOS SATERE-MAUE.	AIRAO	AM:0C	2044.00:	0:	
ISENI (JANAMADI)	:DE:TP INAUINI :	:IGARAPE SANTO ANTONIO	:SEM PROVIDENCIA (PROPOSTA CINI 1985)	PAUINI	AM:0G	0.00:	0:	
IAFURINA	:AP:PATINE :A: :I: :SE:		:SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:0G	0.00:	0:	
JARAUARA	:JR:ISERINGAL :STACAO :	:ISOLADOS-RIO PURUS	:SEM PROVIDENCIA.	LABREA	AM:0G	0.00:	14:	CINI/OPAN:86

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

Página 08

POVO	COO. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF R.L. EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
PAPI-TINTIN	PT:AI IPIAUNA		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PLANTA DE DELIMITACAO DE 13.05.85.	MUMAITA	AM:PH: 179640.00	0:xx	
MURA	MM:AI ITAITINGA	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/SP1. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No.1816/E DE 08.01.85 P/IDENTIFICACAO, DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.PLANTA DE DELIMITACAO DE 12.05.85.	AUTAZES	AM:OH: 160.00	0:*	
JACAPEUBA, ARREDIOS DO	JB:AI JACAPEUBA	ISOLADOS	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	CANUTAMA	AM:OG: 0.00	0:	
DENI (JAHAMADI)	DE: JAHAMADI		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	BOCA DO ACRE	AM:OG: 0.00	0:	
DENI (JAHAMADI)	DE:AI JAHAMADI DE LA- BOPEA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:OG: 0.00	0:	
TICUNA	TC:AI JAPURA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	JAPURA	AM:OE: 0.00	10:*	
ARARA	JAPURA/JANDIATU- BA, ARREDIOS DE		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	JAPURA/JANDIATUBA	AM: 0.00	0:	
CAMBEBÁ	CB:AI JAQUIRI	AI LAGO JAQUIRI	DELIMITADA. PORT. No.1433/E DE 28.09.82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	MARARÁ	AM:OE: 1830.00	60:BARBOSA:85	
JAKAWARA/KANAMANTI	JR:AI JARAWARA/KANAMAN- KNITI		SEM PROVIDENCIA. (PROPOSTA CINI 1984)	LABREA	AM:OG: 129276.00	264:CINI/OPAN:86	
APURINA	AP:AI JATUARANA		DEMARCADAS. 1985 PORT.No.1432/E DE 28.09.82. DECLARA DE POSSE PER- MANENTE DOS APURINA.	MANACAPURU	AM:OG: 5251.00	0:	
TENHARIM	TN:AI JEPOTI		IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT. No.1839 DE 05.03.85 P/ DEFINICAO DE LIMITES E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.	MUMAITA E MANICORE	AM:OH: 0.00	0:MENEZES:85	
JUMA	JU:AI JUMA	ISOLADOS DO RIO MUCUI	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	CANUTAMA	AM:OG: 0.00	9:CINI/OPAN:83	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 09

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
KULINA	KV:AI JURUA	AI JURUA/ANDIRAZINHO	DELIMITADA. PORT. No.1463/E DE 25.11.82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	JURUA	AM:00	30687.00	66	CINI/OPAN:83
TICUNA	TC:AI JUTAI	AI MACARRAO	DELIMITADA. PORT.No.1429/E DE 28.09.82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	JUTAI	AM:00	25312.00	650	*
MAKU (KANA)	KN: KANA-MAKU (DISPERSOS)	ISOLADOS	SEM PROVIDENCIA.	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM:00	0.00	56	ATHIAS:85
KANAMARI	KN:AI KANAMARI	AI KANAMARI DO RIO JURUA AI KANAMARI	IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELIM.) PARECER 100/86 DE 11.04.86. EM DELIMITACAO.	CARAUARI	AM:00	607563.00	496	NEVES/LABIAK:84
KARAFAYANA	KF:AI KARAFAYANA	ISOLADOS TRONBETAS/HAPUERA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	NHAMUNDA	AM:00	0.00	0	
DENI (JAHAMADI)	DE:AI KENAMA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:00	0.00	0	
KOCAMA/CAMBEBÁ	CO:AI KOKAMA CB:	NOVA ESPERANCA	IDENTIFICADA. PLANTA DE DELIMITACAO 06.01.83.	TEFE	AM:00	930.00	120	BARBOSA:85
KULINA	KV:AI KULINA DO MEDIO JURUA	RIO EIRU/IG.BAU/PENEDO/ACURAWA GREGORIO	IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELIM.) PARECER No.087/86 DE 21.03.86 EM DELIMITACAO.	IPIXUNA, EIRUNEPE, TAMARATI	AM:00	770300.00	915	MIRAD:85
KULINA	KV:AI KULINA DO RIO JUTAI		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	JUTAI	AM:00	0.00	117	CINI/OPAN:83
KULINA	KV:AI KULINA DO RIO TARAUAÇA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	ENVIRA	AM:00	0.00	214	CINI/OPAN:83
MUFA	MN:AI LAGO AIAPOA	AI LAGO AIAPUA	DELIMITADA. PORT. No.1434/E DE 28.09.82 DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	BERURI E ANORI	AM:00	25500.00	0	*
TICUNA	TC:AI LAGO BERURI		DELIMITADA. PORT. No.1427/E DE 28.09.82 DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	BERURI	AM:00	4600.00	370	*

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 10

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
IMATSE	IME:AI LAKEIRAO		ISEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	ATALAIA DO NORTE	AM:0F:	49500.00:	113:	CINI/OPAN:85
ITICUNA	ITC:AI LAURO SODRE	AI TIKUNA LAURO SODRE	IDENTIFICADA.	BENJAMIN CONSTANT	AM:0E:	49000.00:	323:*	
			PROCESSO FUNAI/BSB/0993/82.PLANTA DE DELIMITACAO.					
ITICUNA	ITC: MARAA	MARAA	ISEM PROVIDENCIA.	MARAA	AM:0E:	0.00:	185:*	
IMATSE	IME:AI MARAJAI	AI BOCA DO JAPURA	DELIMITADA.	ALVARAES	AM:0E:	845.00:	280:	BARBOSA:85
			PORT.No.1435 DE 28/09/82.DECLARA DE POSSE PERMA-					
			NENTE.					
IMAKU(MAGEB)/BARE/TUKANO/ PIRATAPUIA/DESANO/BANIWA/ ARAPACO/TARIANO	IMO:AI MARIE BE: TK: PP:	(CONT.COD.:DS/BW/AC/TR)	ISEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM:0A:	0.00:	0:	
IPURINA	IP:AI MARIENE	MARIANE	DEMARCADASPI. 1917	PAUINI E LABREA	AM:0M:	10773.00:	48:	CPI/AC:81-83
IKANAMANTI	IKN:AI MARINA	ISOLADOS	ISEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	TAPAU/CAMARUA	AM:0G:	0.00:	0:	
IMIRANHA/UITOTO/KARAPANA/MURA/ ISSE	IMR:AI MERIA WI: KK: HM:	AI LAGO UARINI (CONT.COD.:SS)	DEMARCADASPI. EM AVIVENTACAO. DEMARCADA EM 1929. IDENTIFICADA EM 1982.	ALVARAES	AM:0E:	663.00:	77:	BARBOSA:85
IMIRANHA/UITOTO/KARAPANA/MURA/ ISSE	IMR:AI MIRATU WI: KK: HM:	CONT.COD:SS	DELIMITADA.	UARINI	AM:0E:	28800.00:	350:	BARBOSA:85
			PORT. No.1430/E DE 28/09/82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE.					
IPURINA	IP: NIXIRI		ISEM PROVIDENCIA.	PAUINI	AM:0M:	0.00:	25:	CPI/AC:81-83
IMURA	IM: MURA DO IGARAPE CAPANA GRANDE		ISEM PROVIDENCIA.	AUXILIADORA	AM:0H:	0.00:	0:*	
IMURA	IM: MURA DO RIO MADEIRA		ISEM PROVIDENCIA.	AUXILIADORA	AM:0H:	0.00:	0:*	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 11

POVO	COO. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
MURA	MH:AI MURA DO RIO MANICORE		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	MANICORE	AM:0H	0.00	0:*	
MURA	MH:AI MURA DO RIO MATAURA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	MANICORE	AM:0H	0.00	0:*	
MURA	MH:AI MURUTINGA	TPI AUTAZES	DEMARcada/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No. 1816/E DE 08/01/85 P/IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV.FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H	1270.00	0:*	
MURA	MH:AI NATAL	TPI AUTAZES	DEMARcada/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No. 1816/E DE 08/01/85 P/IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H	250.00	0:*	
COCANIA	CO: NOVA ESPERANCA	AI NOVA ESPERANCA	SEM PROVIDENCIA.		AM:	0.00	0:	
PARINTINTIN	PT:AI NOVE DE JANEIRO		IDENTIFICADA. PLANTA DE DELIMITACAO DE 12/04/85.	HUMAITA	AM:0H	234400.00	0:***	
PARAUARI, ARREDIOS DO	RP:AI PADAUARI	ISOLADOS	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	MAUES/AXININ	AM:0H	0.00	0:	
MUPA	MH:AI PADRE	TPI AUTAZES	DEMARcada/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. DEC. No.93144 DE 20/08/86 DOU 21/08/86 DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA.	AUTAZES	AM:0H	840.00	9:FUNAI:85	
MURA	MH:AI PARACUNUBA	TPI AUTAZES	DEMARcada/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No. 1816/E DE 08/01/85 P/IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV.FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H	1040.00	0:*	
PARINTINTIN	PT:AI PARINTINTIN I		SEM IDENTIFICACAO. PORT. No. 1810/E DE 24/12/84 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO FUNDIARIO.	AUXILIADORA	AM:0H	0.00	0:***	
JAPURINA/PAUMARI	JP:AI PAUMARI PN:	AI MARAHA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:0G	0.00	250:CINI/OPAN:83	
CANAMARI/MAKU(HADEB)/TUKANO	CM: PARANA BOA-BOA MD:(LAGO JUTAI) TK:	KANAMARI DO JAPURA/CANAMARI DO MARAA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR. (PROPOSTA DA PRELZIA DE TEFE APRESENTADA A FUNAI EM 07/85)	NOVO JAPURA	AM:0A	0.00	60:PREL.TEFE:85	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 12

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./Ha	POPUL.	FORTE:DATA
!KANAMARI	!CN: PARANA PATUAUA	!KANAMARI DO JAPURA/CANAMARI	!SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	!MARAA	!AM:0A:	0.00:	65:	PREL.TEFE:83
	!:(LAGO PARICA)	!DO MARAA						
!TUKANO/DESAHO/TUYUKA/	!TK:AI PARI-CACHOEIRA	!:(CONT.COD.: BR/BT/KK/MF) ALTO	!DELIMITADA.	!IAUARETE/JAPURA/S.GA:	!AM:0A:	1418000.00:	2619:	M.SALESIANA: 83
!MAKUI(HUP'DE)/BARASANO/	!DS:	!RIO NEGRO	!PORT. No.546/M DE 29/01/79. DECLARA DE OCUPACAO	!BRIEL DA CACHOEIRA				
!BARA-TUKANO/KARAPANA/	!TH:		!DOS INDIGENAS.					
!MIRITI-TAPUIA	!HM:							
!PIRAHA	!PI:AI PIRAHÁ		!IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI.	!HUMAITA E AUXILIADO-	!AM:	389000.00:	0:	
			!PORT.No.1810/E DE 24/12/82, IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL. PLANTA DE IDENTIFICACAO DE					
!MURA-PIRAHA	!PI:AI PIRAHÁ		!IDENTIFICADA.	!HUMAITA/MANICORE	!AM:0H:	389000.00:	130:	GONCALVES:85
			!PORT. No.1810/E DE 24/12/84 P/IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.					
!VANAMANTI	!KN:AI PIRANHAS	!ISOLAQOS RIO PURUS	!A IDENTIFICAR.	!CANARUA	!AM:0G:	0.00:	130:	FUNAI: 85 ***
!MURA	!MM:AI RECREIO	!TPI AUTAZES	!DEMARCAÇÃO/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI.	!AUTAZES	!AM:0H:	960.00:	0:	*
			!PORT. No.1816 DE 08.01.85 P/ IDENTIFICACAO, DEF. LIMITES E LEV.FUNDIArio.					
!MAKU (DIYHUP)/TUKANO	!DN: RIO APAPORI		!SEM PROVIDENCIA.	!TAPURA	!AM:0A:	0.00:	90:	PREL.TEFE:85
	!TK:		!PROPOSTA APRESENTADA PELA PRELAZIA DE TEFE A FUNAI EM 07/85.					
!BARARATI, ARREDIOS DO	!RT: RIO BARARATI E	!ISOLADOS	!SEM PROVIDENCIA.	!APUI, SUCURUNDI	!AM:00:	0.00:	0:	
	!MARACANA							
!KATUKINA	!KC:AI RIO BIA		!IDENTIFICACAO. C/ PARECER GTI (P/DELM.)	!FOZ DO JUTAI	!AM:0G:	1118200.00:	380:	MIRAD:85
			!PARECER No.091/86 DE 12.03.86. EM DELIMITACAO.					
	!TP RIO BRANCO	!RIO BRANCO/PURUS	!SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	!CANAGUA	!AM:0G:	0.00:	0:	
!KATUKINA	!KC: RIO CUNIUA		!SEM PROVIDENCIA.		!AM:	0.00:	0:	
!MAKU (MADEB)	!MD: RIO JAPURA	!ISOLADOS	!SEM PROVIDENCIA.		!AM:0A:	0.00:	0:	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

Pagina 13

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.E.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
KULINA	KV: RIO JURUA	DISPERSOS	SEM PROVIDENCIA.	FONTE BOA/JURUA/ CARAUARI	AM:06:	0.00:	0:	
IG UMARI (ISOLADOS DO)	NI: RIO UMARI	ISOLADOS	SEM PROVIDENCIA	LABREA	AM:06:	0.00:	0:	
TICUNA/CAMBEBA/MIRAMHA/UITOTO/ CAIXANA/ISSE	TC:AI SANTA CRUZ CB: HR: WI:	BARREIRA DA MISSAO (CONT.COD.: CH/SS)	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	TEFE	AM:06:	0.00:	316:	BARBOSA:85
MURA	MM:AI SAO FELIX	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/SP1. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No.1816/E DE 08/01/85 P/ IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:08:	350.00:	0:	
TICUNA	TC:AI SAO LEOPOLDO		DELIMITADA. DEC.No.92554 DE 15/04/86 DECLARA DE OCUPACAO IN- DIGENA (DOU 16/04/86)	BENJAMIN CONSTANT	AM:06:	55000.00:	377:	
MURA	MM:AI SAO PEDRO	TPI AUTAZES	DEMARCADAS/SP1. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. DEC. No. 93145 DE 20/08/86 DOU 21/08/86. DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA.	AUTAZES	AM:08:	730.00:	47:	FUNAI:85
JARAWARA	JR: SERINGAL/ESTACAO	RIO PURUS	SEM PROVIDENCIA.	LABREA	AM:06:	0.00:	14:	CINI/OPAN:86
MURA	MM:AI TABOAL	AI MURA DE BORBA	DEMARCADAS/SP1.	BORBA	AM:08:	0.00:	0:	
PAUMARI	PN:AI TAPAU	RIO CUNIUA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	TAPAU	AM:06:	0.00:	290:	FUNAI:85
TAPIANO/TUXANO/PIRATAPUIA/ WANAHO/KUBEO/DESANO/TUYUKA/ MAKU (HUP'DE)/ARAPACO/XARAPANA/IPP/ COEVANA	TR:AI TARACUA/UAUPES TK: OB:	(CONT.COD.: WN/DS/TH/HN/AC/KK/ CV)ALTO R.NEGRO	IDENTIFICADA. 1983.	S. GABRIEL DA CACHOEIRA/IAUARETE	AM:0A:	1616000.00:	1106:	FUNAI: 84
TENHARIM	TH:AI TENHARIM/TRANSA- MAZONICA.		IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELIM.) PARECER GTI No.093/86 DE 12/03/86.	MANICORE/HUNAITA/AU- XILIADORA	AM:08:	488550.00:	176:	KEHENDES:85
APURINA	AP:AI TERRA VERNELHA		DELIMITADA. PORT. No. 1431/E DE 20/09/82 DECLARA A AREA DE POSSE PERMANENTE DOS APURINA.	BERURI	AM:06:	68750.00:	200:	FUNAI:83

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 141

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./H2	POPUL.	FONTE:DATA
DENI (JAHAMADI)	DE:TP TEUINI	IGARAPE SANTO ANTONIO OU AI MANUACA	SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.(PROPOSTA CINI 85)	PAUINI	AM:06	0.00	27	NEVES:80
TICUNA	TC:AI TICUNA PORTO ESPIRITUAL		IDENTIFICADA. 1982. PLANTA DE DELIMITACAO 10/05/84.	BENJAMIN CONSTANT	AM:0E	3550.00	146	*
TICUNA	TC:AI TIKUNA DE SANTO ANTONIO		DELIMITADA. DEC. No.92556 DE 15/04/86 DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA (DOU 16/04/86)	BENJAMIN CONSTANT	AM:0E	1450.00	202	*
TICUNA	TC:AI TIKUNA FEIJOAL	AI TICUNA DO FEIJOAL/DO JAPURA	DELIMITADA. DEC. No. 92554 DE 15/04/86. DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA. (DOU 16/04/86)	S.PAULO DE OLIVENCA	AM:0E	46200.00	905	*
TICUNA	TC:AI TONANTINS	TICUNA DE TONANTINS	SEM PROVIDENCIA.	TONANTINS	AM:0E	0.00	50	*
TORA	TO:AI TORA		IDENTIFICADA. PORT.No.1810/E DE 24/12/84 P/ IDENTIFICACAO E LEVANTAMENTO OCUPACIONAL.	HUMAITA E MANICORE	AM:0H	24600.00	17	HEPINGER/LANGE:83
MURA	MM:AI TRACAJA	TPI AUTAZES	DEMARCADA/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. PORT. No.1816/E DE 08/01/85 P/ IDENTIFICACAO,DEF. LIMITES E LEV. FUNDIARIO.	AUTAZES	AM:0H	690.00	01	*
MURA	MM:AI TRINCHEIRA	TPI AUTAZES	DEMARCADA/SPI. EM REDEFINICAO P/ FUNAI. DEC. No. 91143 DE 20.08.86 DOU 21.08.86 DECLARA DE POSSE PERMANENTE.	AUTAZES	AM:0H	1550.00	45	FUNAI:85
JAPURINA	JAP:AI TUMIA		SEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	LABREA	AM:0G	0.00	0	
TICUNA	TC:AI UATI-PARANA	AI AUATI-PARANA	DELIMITADA. PORT. No. 1426/E DE 28/09/82 DECLARA DE POSSE PERMANENTE DOS TICUNA.	FONTE BOA/TOCANTINS	AM:0E	102187.00	209	*
TICUNA	TC:AI UMARIACU	AI TIKUNA UMARIACU	IDENTIFICADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI. PORT. No.465/E DE 29/09/78 P/ DELIMITACAO DA AREA DO RI UMARIACU.	TABATINGA	AM:0E	1900.00	2810	*
MAKU (NADEB)/TUKANO	MO:AI UNEIUXI TK:		IDENTIFICADA. PLANTA DE DELIMITACAO 15/01/83.	STA.ISABEL DO RIO NEGRO/JAPURA	AM:0A	405000.00	100	ATHIAS:85

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

22/10/86

pagina 15

POVO	COD. TERRA INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
!MATSE/MARUBO/MATIS/KULINA PAHO/NE:AI VALE DO JAVARI	!TC:AI VUI-VATA-IN	!STA SOFIA/VALE DO CURUCA. (CM/	!INTERDITADA. EM DELIMITACAO PELA FUNAI.	!ESTIRAO DO EQUADOR/	!AM:06:18330000.00:	3034:	CIMI/OPAN:85 *	
!CANAMARI/TSOHOM DJAPA/KULINA/!MB:	!AI MARIRAMA	!DJKV003IMOJCJT)	!PORT. No.1848/E DE 28/03/85 P/ REDEFINICAO DE LI-	!ATALAIA DO NORTE	!AM:06:18330000.00:	3034:	CIMI/OPAN:85 *	
!KORUBO/QUIXITO,AR./SAO JOSE,AR:INZ:			!MITES E LEVANTAMENTO FUNDIARIO.					
!JANDIATUBA,AR./ALTO JUTAI,AR.:LP:								
!TICUNA	!AI NOVA ITALIA/!AI MUI-UATA-IN/		!IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELIH.)	!S. PAULO DE OLIVENCA/AM:06:	125000.00:	1354:		
			!PARECER No. 077 DE 01/10/85					
!WAIMIRI-ATROARI/PIRIUTITI/TIRI	!WT:AI WAIMIRI-ATROARI	!ISOLADOS	!IDENTIFICADA.INTERDITADA.DEC.No.86630 DE 23/11/81	!NOVO ARAO,ITAPIRAN-	!AM:06:1850000.00:	360:	FUNAI:85	
!BOIA	!IT:		!INTERDITA AREA. PORT. 1901 DE 12.06.85 P/ DEFINI-	!GA,PRES FIGUEIREDO	!RR:			
	!RI:		!CAO TERRITORIAL DA AREA.					
!KULINA	!KV: XERUA		!ISEM PROVIDENCIA.		!AM:06:	0.00:	39:	CIMI/OPAN:83
!ZURUHA	!ZU:AI ZURUHA	!ISOLADOS DO COXODOA	!IDENTIFICADA. C/ PARECER GTI (P/DELIH.)	!TAPAU, CAMARUA	!AM:06:	233900.00:	125:	CIMI:86
			!PARECER No.089 DE 12.03.86.					
!HIXARYANA/KAXUYANA/!AI-MAI/	!HI:AI NHAMUNDA-!MAPUERA:(CONT.COD.: YE/HW/KF)		!IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELIH.)	!ORIXIMIA/FARO E	!PA:00:1022400.00:	1094:	FUNAI:84	
!LATUENA/XEREU/!NAMAIA/	!CY:		!PARECER 088/86 DE 12/03/86.	!NHAMUNDA	!AM:			
!KARAFAYANA	!WW:							
	!UN:							
!MAIPI/WAYANA-APARAI/TIRIYO/	!MA:PA TUNUCUHAQUE		!RESERVADA.	!ALMERIN/OBIDOS/ORI	!PA:00:2700000.00:	0:	**	
!KAXUYANA	!WY:		!DEC. No.62998 DE 16/07/68 CRIA O PARQUE.	!XIMINA/ALENGUER	!AM:			
	!TY:		!DEC.No.63369 DE 08/10/68 REDEFINE OS LIMITES.DEC.					
	!CY:		!No.01335 DE 13/02/78 ALTERA OS LIMITES.					
!KARAFAYANA	!KF:AI WAIWAI-KARAJAWY-!ISOLADOS ALTO JATAPU		!ISEM PROVIDENCIA. A IDENTIFICAR.	!URUCARA,CARACARAI	!PA:00:	0.00:	0:	
	!ARA				!RR:			
!KAXARARI	!KR:AI KAXARARI		!DELIMITADA.	!PORTO VELHO E LABREA/RO:06:	127540.00:	135:	GAWLIK:84	
			!DEC.No.93073 DE 06.08.86 (DOU 07.08.86) DECLARA		!AM:			
			!DE OCLPACAO INDIGENA.					
!MAKUXI	!MA:AI ANANAS		!DEMARCADAS.	!BOA VISTA	!RR:08:	1769.00:	90:	A4CD10 ET AL.:83
			!DEC.No. 86920 DE 16/02/82. HOMOLOGA A DEMARCACAO.					
			!(DOU 17/02/82)					

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Criterio: UF() "AM" Por Ordem de Estado 24/10/86 pagina 16

POVO	COO. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
MAKUXI	MAIAI ANINGAL		DEMARCADA. DEC.No.86.933 DE 17/02/82. HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO. (DOU 18/02/82)	ALTO ALEGRE	RR:08:	7627.00:	115:	ANODIO ET AL.:83
WAPIXANA	WPIAI ANTA		DELIMITADA. C/ PARECER GTI (P/DEM.) PORT.No.1225/E DE 21.05.82. DECLARA DE POSSE PER- MANENTE.(DOU 11.06.82)PARECER No.17/84 DE 12/03/84	BOA VISTA	RR:08:	2550.00:	102:	ANODIO ET AL.:83
MAKUXI/WAPIXANA	MAIAI ARACA WPI:	AI ARACA-ANAJARI	DEMARCADA. DEC.No. 86.934 DE 17/02/82.HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 18/02/82).	BOA VISTA	RR:08:	50018.00:	280:	1986 *
WAPIXANA/MAKUXI	WPIAI BARATA/LIVRAMEN- MAITO		DELIMITADA. PORT. No.1222/E DE 19/05/82. DECLARA POSSE PERMA- NENTE DOS SILVICOLAS (DOU 25/05/82).	BOA VISTA	RR:08:	10830.00:	367:	ANODIO ET AL.:83
MAKUXI/WAPIXANA	MAIAI BON JESUS WPI:		DELIMITADA. DEC.No. 89594 DE 30/04/84 (DOU 02/05/84) DECLARA DE OCUPACAO INDIGENA.	BONFIM	RR:08:	1313.00:	311:	ANODIO ET AL.:83
MAKUXI/WAPIXANA	MAIAI BOQUEIRAO WPI:		DELIMITADA. C/ PARECER GTI (P/DELIM.) PORT. No.1226/E DE 21.05.82.DECLARA DE POSSE PER- MANENTE (DOU 11/06/82) PARECER No. 095/86 DE 12/03/86 SOB JUDICE	ALTO ALEGRE	RR:08:	12950.00:	413:	ANODIO ET AL.:83
MAKUXI	MAIAI CAJUEIRO		DEMARCADA. DEC. No.86932 DE 17.02.82. HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 18/02/82)	BOA VISTA	RR:08:	4304.00:	85:	1986 *
WAPIXANA	WPIAI CANAUANIN		DELIMITADA.EM AVIVENTACAO.C/PARECER GTI(P/DELIM.) PORT. No.1226/E DE 21/05/82 DECLARA DE POSSE PER- MANENTE (DOU 11/06/82) PARECER No. 097/86 DE 12/03/86.	BONFIM	RR:08:	6324.00:	230:	ANODIO ET AL.:83
MAKUXI/WAPIXANA/TAUREPANG	MAIAI FAZENDA SAO MAR- WPI:COS TGI:		DEMARCADA/SPI. EM AVIVENTACAO. PORT.No.1856/E DE 15/04/85 P/ LEVANTAMENTO FUNDI- ARIO DA AREA DEMARCADA E CADASTRAMENTO DOS POSSEI- -ROS. SOB JUDICE.	BOA VISTA	RR:08:	653949.00:	984:	1986 *
WAPIXANA/MAKUXI	WPIAI JABOTI MA:		DELIMITADA. EM AVIVENTACAO. PORT. No.1421/E DE 17.09.82 DECLARA DE POSSE PER- MANENTE DOS MAKUXI. PORT.No.1533/E DE 03.08.83 P/1 LEVANTAMENTO FUNDIARIO E BENFEITORIA.	BONFIM	RR:08:	8000.00:	78:	1986 *

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Critério: UF<>"AM"

Por Ordem de Estado 24/10/86

Página 17

POVO	COD. TERRA-INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUAÇÃO JURÍDICA	MUNICÍPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
WAPIXANA	WPIAI JACAHIM		DELIMITADA. C/ PARECER GTI (P/DELM.) PORT.No.1440/E DE 05.10.82. DECLARA DE POSSE PER- MANENTE. PARECER No.023/84 DE 04/07/84.	BONFIN	RR:08	107000.00	207:1986 *	
WAPIXANA	WPIAI MALACACHETA		DELIMITADA. PORT.No.1227 DE 21/05/82. DECLARA DE POSSE PERMA- NENTE (DOU 11/06/82)	BOA VISTA	RR:08	16150.00	280:AMODIO ET AL.:83	
MAKUXI	MAIAI MANGUEIRA		DEMARCADA. DEC.No. 86923 DE 16/02/82. HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 17/02/82)	ALTO ALEGRE	RR:08	4064.00	433:AMODIO ET AL.:83	
WAPIXANA	WPIAI MANOA/PIUM	PIUM	DEMARCADA. DEC. No.86924 DE 16/02/82. HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 17/02/86)	BONFIN	RR:08	43337.00	500:1986 *	
MAKUXI	MAIAI OURO		DEMARCADA. DEC.No. 86931 DE 17/02/82 HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 18/02/82)	BOA VISTA	RR:08	13573.00	80:1986 *	
WAPIXANA	WPIAI PIUM	AI PIUM/URARICOERA	DELIMITADA. C/ PARECER GTI (P/DEM.) PARECER No. 096/86 DE 12/03/86. AREA SOB-JUDICE.	BOA VISTA	RR:08	3180.00	158:AMODIO ET AL.:83	
MAFUXI	MAIAI POITA DA SERRA		DEMARCADA. DEC.No. 86935 DE 17/02/82 HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 18/02/82)	BOA VISTA	RR:08	15597.00	165:AMODIO ET AL.:83	
MAKUXI/WAPIXANA	MAIAI RAIMUNDAO		DELIMITADA. C/ PARECER GTI (P/DEM.) PORT. No.1442/E DE 05.10.82. DECLARA DE POSSE PERMANENTE. PARECER No.020/84 DE 12.03.86 P/ HOMOLOGAÇÃO.	ALTO ALEGRE	RR:08	4300.00	554:1986 *	
MAKUXI/INGARIKO/WAPIXANA	MAIAI RAPOSA/SERRA DO INISOL		IDENTIFICADA. PORT. No.1845/E DE 29/05/84 P/ IDENTIFICACAO.	MONDANDIA	RR:08	1347810.00	9185:1986 *	
WAPIXANA/MAKUXI	WPIAI RECANTO DA SAU- MAIDADE	INOSCOU	IDENTIFICADA. PORT.No.1443/E DE 05.10.82 DECLARA DE POSSE PER- MANENTE.	BONFIN	RR:08	13740.00	0:	
WAPIXANA/MAKUXI	WPIAI RECANTO DA SAU- MAIDADE	INOSCOU	DELIMITADA. 1981.	BONFIN	RR:08	13750.00	175:1986 *	

LISTAGEM DAS TERRAS INDIGENAS NO BRASIL-CEDI/Museu Nacional

Critério: UF<>"AM"

Por Ordem de Estado

24/10/86

pagina 18

POVO	COD. TERRA:INDIGENA	OUTROS NOMES	SITUACAO JURIDICA	MUNICIPIO	UF A.L.	EXT./Ha	POPUL.	FONTE:DATA
MAKUXI	MAIAI SANTA INES		DEMARCADA. DEC. No.86922 DE 16/02/82. HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 17/02/82)	BOA VISTA	RR:08	29698.00	126:1936 *	
WAPIXANA	WPIAI SERRA DA MOCA		DEMARCADA. REG.EM CARTORIO. DEC. No.89593 DE 30/04/84 (DOU 02/05/84) REG. NO CRI MAT.No.6691 LIV.22 FLS192 DE 10/01/86.	BOA VISTA	RR:08	12506.00	380:AMODIO ET AL.:83	
MAKUXI	MAIAI SUCUBA		DEMARCADA. DEC.No.86921 DE 16/02/82 HOMOLOGA A DEMARCAÇÃO (DOU 17/02/82)	BOA VISTA	RR:08	5983.00	130:AMODIO ET AL.:83	
WAPIXANA	WPIAI TABA LASCADA		DELIMITADA. EM AVIVENTACAO. PORT. No.1223/E DE 21/04/82 DECLARA DE POSSE PER- MANENTE (DOU 11/05/82). PARECER GTI No. 019 DE 13/06/86.	BOA VISTA	RR:08	7000.00	210:1986 *	
WAPIXANA	WPIAI TRUARO		DELIMITADA. EM APRECIACAO GTI (P/DEM.) ENCAMINHADA AO GTI PELO MEMORIAL 014/84. AREA SOB JUDICE.	BOA VISTA	RR:08	6640.00	116:1936 *	
MAI-WAI/YARAFUYANA	WUAI MAI-WAI		IDENTIFICADA. C/PARECER GTI (P/DELM.) PORT.No.1441/E DE 05/10/82 DECLARA DE POSSE PER- MANENTE. PARECER No. 101/86 DE 12/03/86.	S. JOAO DA BALIZA, BOA VISTA	RR:08	33000.00	172:MEVA:83 *	
YANOMAMI/YEKUANA/BARE	YAIPO.YANOMAMI	IAI AJURICABA,APUI,CAUABORI,GU- RUPIRA,MATAPI..	INTERDITADA. EM APRECIACAO GTI (P/DELM.) PORT.No.1017 DE 09/01/85 INTERDITA AREA. REMETIDA PARA APRECIACAO DO GTI,NAO INCLUIDA NA Pauta DE REUNIOES (AREA DE FRONTEIRA)	CARACARAI,MUCKAJAI,A. ALEGRE,S.G.CACHOEIRA:AM	RR:08	9149000.00	9000:CCPY:84 **	